

Universidade de Lisboa
Faculdade de Psicologia



**Falsas Memórias e Formação de Impressões:
Efeito de Primazia**

Manuel Pina

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(SECÇÃO DE COGNIÇÃO SOCIAL APLICADA)**

2012

Universidade de Lisboa
Faculdade de Psicologia



**Falsas Memórias e Formação de Impressões:
Efeito de Primazia**

Manuel Pina

Tese orientada pelo Professor Doutor Leonel Garcia-Marques

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(SECÇÃO DE COGNIÇÃO SOCIAL APLICADA)**

2012

Abstract

Neste estudo foi utilizada uma extensão do paradigma DRM para estudar a forma como o efeito de primazia (Asch, 1946) influenciava o processo de formação de impressões. Foram utilizados traços correspondentes aos *clusters* da teoria implícita da personalidade – intelectual positivo e negativo; social positivo e negativo (Rosenberg, Nelson & Vivekananthan, 1968) – para desenvolver listas cuja primeira metade era maioritariamente (i.e., 2/3) constituída por itens pertencentes a um *cluster* e a segunda por itens pertencentes ao *cluster* de valência oposta. Os resultados obtidos no teste de reconhecimento *standard* demonstraram que os participantes, cujo objectivo de processamento era a formação de impressões, apresentam níveis mais elevados de falsas memórias do que os sujeitos que se encontram numa condição em que o objectivo de processamento é apenas memorizar os itens. Mais ainda, o nível de falsas memórias é mais elevado para itens correspondentes à valência da primeira metade das listas apresentadas na fase de estudo do que para itens correspondentes à segunda metade das listas apresentadas na fase de estudo. Foi também realizado um teste de reconhecimento *gist*, no qual as diferenças dos níveis de falsas memórias entre a primeira e a segunda metade das listas desaparecem, sugerindo que as mesmas são verificadas no teste de reconhecimento *standard* devido a uma maior monitorização da segunda metade da lista. É ainda sugerido um *follow-up* no sentido de tentar compreender até que ponto o efeito de primazia é extensível à percepção de traços faciais.

Palavras-Chave: teoria implícita da personalidade; formação de impressões; memórias falsas; efeito de primazia.

Abstract

In the present investigation an extension of DRM paradigm was used to study the impact of the primacy effect (Asch, 1946) on the process of impression formation. Traits corresponding to the cluster of implicit theory of personality – intellectual positive and negative; social positive and negative (Rosenberg, Nelson & Vivekananthan, 1968) - were used to develop lists in which the first half was mostly (i.e., 2/3) formed by items of one cluster, and the second half was mostly formed by items belonging to the cluster of opposite valence. The results from the standard recognition test have shown that subjects with the processing goal of impression formation present higher levels of false memories than subjects in the memory goal processing. Moreover, the level of false memories is higher for items corresponding to the valence of the first half of the study lists than to items corresponding to the valence of the second half of the study lists. A gist recognition test was applied and the data shows that the false memories level differences between the first and the second half of the lists disappeared, thus suggesting that this difference is only verified on standard recognition tests due to higher levels of monitoring the items of the second half of the lists. It is presented a follow-up study with the objective of a better understanding of how the Primacy Effect is extensible to the facial trait perception.

Key-words: implicit theory of personality; impression formation; false memories; primacy effect.

Agradecimentos

Agradeço,

Ao Professor Doutor Leonel Garcia-Marques pelo seu apoio, explicações e grande disponibilidade para a partilha dos seus vastos conhecimentos.

Ao grupo de investigação de Cognição Social, que demonstrou sempre uma disponibilidade e um apoio incansáveis.

À Mariana e ao Tiago, colegas e amigos de relatórios infindáveis, que fizeram emergir o melhor estudante que há em mim.

Aos amigos, pelas partilhas de angústias e receios.

Ao irmão, que nunca refilou pela luz acesa em madrugadas de trabalho.

À Catarina, pelas palavras de conforto nas noites em que o sono andava perdido.

Aos avós, que me deram casa, cultura, consciência social e amor.

Aos pais, por tudo, sempre.

Índice

Introdução	1
Os estudos de Asch	1
Explicações dos resultados de Asch.....	3
A oposição a Asch.....	5
Os processos cognitivos do Efeito de Primazia	7
Formação de impressões e a memória	10
Paradigma DRM	14
A formação de impressões e as falsas memórias	20
O estudo presente	21
Método.....	23
Participantes	23
Material	23
Design	25
Procedimento.....	25
Resultados e Discussão.....	28
Teste de Reconhecimento <i>Standard</i>	28
Teste de Reconhecimento <i>Gist</i>	31
Conclusão	34
Limitações e Follow-up	35
Efeito de primazia na avaliação facial	38
Bibliografia.....	41

Introdução

O estudo da formação de impressões é um tema bastante preponderante no panorama actual da Psicologia Social. Os primeiros estudos nesta área surgiram antes da Segunda Grande Guerra, com alguns investigadores a tentarem estudar este tema utilizando juízes personalidade. No entanto, a metodologia trazia embutidos alguns percalços relacionados com diversos efeitos, nomeadamente o efeito de *halo* (Thorndike, 1920), o erro lógico (Newcomb, 1931) ou o efeito de benevolência (Sears, 1936), que poderiam enviesar as conclusões tornando os resultados pouco objectivos (Bruner & Tagiuri, 1954). Neste âmbito, a presente dissertação vai abordar o processo de formação de impressões, bem como os mecanismos que permitem o desenvolvimento do mesmo. Através do paradigma DRM, o efeito de primazia vai ser replicado demonstrando que a teoria implícita da personalidade é verificável, mesmo utilizando um paradigma extensível ao estudo de outros tipos de processos cognitivos de associação.

Os estudos de Asch

O estudo da formação de impressões apenas assumiu um carácter mais objectivo quando Asch (1946) decidiu colocar as questões correctas em relação ao que realmente queria investigar. Neste sentido, o autor começou por não se preocupar em perceber se os juízes de personalidade eram bons ou não, nem se as impressões formadas eram ou não enviesadas. Pelo contrário, o que Asch tentou fazer foi compreender quais os processos psicológicos que estão inerentes ao processo de formação de impressões (Garcia-Marques, 2004). Tendo percebido qual o caminho que o levaria a compreender a formação de impressões, Asch (1946) identificou quatro principais efeitos que, segundo ele, estão na base deste processo: o efeito de centralidade; a mudança de significado; a natureza holística das impressões; e, por último, o efeito de primazia que, no âmbito desta dissertação, será o que receberá maior atenção. Segundo o autor, o efeito de centralidade demonstrava como, no processo de formação de impressões de personalidade, um traço podia ter mais peso que os restantes. No Experimento I, Asch demonstra que a alteração na valência de um dos traços (troca do traço *caloroso* por *frio*), alterou de forma generalizada a impressão formada e, para além disso, verificou que a alteração “*quente-frio*” não só acrescentou uma diferente qualidade à impressão,

como também, até certo ponto, transformou o significado dos outros traços. Mais ainda, o autor demonstra no Experimento III que alterações num traço considerado periférico (utilização de *rude* e *educado*), não causam uma mudança tão significativa na impressão geral, como uma mudança de um traço central (Experimento I). A existência deste efeito era, para Asch, demonstrativa da natureza holística das impressões de personalidade visto que, se assim não fosse, não se poderia esperar que a simples troca num dos traços produzisse mais efeito que trocas semelhantes nos restantes traços (Garcia-Marques, 2004). O efeito da mudança de significado, segundo Asch (1946), explica que um traço pode assumir definições qualitativamente diferentes para os sujeitos, dependendo da impressão em que está inserido. Mais especificamente, no Experimento V, o autor demonstra que os sinónimos utilizados pelos sujeitos em relação ao traço “*calmo*” podiam variar de forma bastante significativa (desde *calculista* a *gentil*) dependendo das listas de traços que descreviam a pessoa-alvo (traços como *antipático* na lista mais negativa ou *bondoso* na lista mais positiva). Assim, Asch demonstrou, mais uma vez, que havia uma conexão muito acentuada entre cada um dos traços e que esta influenciava a forma como cada um deles seria percebido. O efeito da natureza holística das impressões demonstra bem a visão *gestalt* que este autor tinha das impressões, como sendo concepções organizadas e integradas da personalidade de uma pessoa (Hamilton, 1986). Este efeito foi demonstrado no Experimento VIII, em que Asch (1946) apresentou duas metades da mesma lista de traços a dois grupos diferente e verificou que os dois grupos consideravam extremamente difícil integrar os traços das duas metades de forma a criar uma impressão única sobre apenas um indivíduo. No entanto, um terceiro grupo a quem foi mostrada a lista completa, não demonstrou qualquer dificuldade em integrar os traços e, conseqüentemente, em formar uma impressão sobre um indivíduo com todos os traços apresentados. Por último, mas de extrema importância para a presente dissertação, Asch (1946) demonstrou o efeito de primazia nos Experimentos VI e VII. Aqui, o autor descobriu que, se for apresentada aos sujeitos uma lista com traços de personalidade, os primeiros terão mais influência na direcção em que a impressão vai ser formada do que os últimos. Para tal, utilizou uma lista que começava com adjectivos bastante meritórios (*inteligente-empendedor*), depois adjectivos ambíguos (*impulsivo-crítico*) e, por fim, terminava com adjectivo bastante depreciativos (*invejoso*). Apresentou-a a dois grupos, mas inverteu a ordem de apresentação para cada um dos grupos. Os resultados demonstraram que cada um dos grupos formou impressões bastante opostas, mesmo

considerando que os traços apresentados eram os mesmos. Este resultado é bastante importante, tendo em conta que se afasta muito do efeito de recência obtido em estudos de memória cujas condições de aprendizagem eram semelhantes (Garcia-Marques, 2004).

Explicações dos resultados de Asch

A visão de Asch (1946) em relação à natureza das impressões e à forma como estas se desenvolvem é intuitivamente atractiva e estimulou uma quantidade considerável de investigações. Algumas das suas hipóteses e observações receberam suporte empírico, enquanto outras foram exploradas de forma a abrir caminho a explicações alternativas (Hamilton, 1986). Uma das explicações alternativas prende-se com o efeito de centralidade. Em 1968, os investigadores Rosenberg, Nelson e Vivekananthan realizaram um estudo na tentativa de determinar uma estrutura multidimensional de impressões da personalidade sendo que, para tal, utilizaram técnicas de escalamento multidimensional (ver Coombs, 1964; Kruskal, 1964; Shepard, 1962; Torgerson, 1958). O objectivo destas técnicas é sintetizar, através de uma representação euclidiana, o mais simples possível as relações gerais que subjazem a um grande número de variáveis que se inter-relacionam de forma complexa (Garcia-Marques, 2004). Este estudo permitiu aos autores descobrir que há duas dimensões predominantes que suportam a formação de impressões. Uma dimensão refere-se a características sociais ou interpessoais, com atributos como *bem constituído*, *popular* e *sociável* num polo e, noutro polo, traços como *pouco popular*, *pessimista* e *sem humor*. A segunda dimensão representa características intelectuais, diferenciando traços como *hábil*, *trabalhador* e *inteligente* de traços como *tolo*, *pouco inteligente* e *irresponsável*. Esta configuração bi-dimensional representada na Figura I fornece argumentos para uma reinterpretação dos resultados obtidos por Asch (1946) na experiência “*quente-frio*” (Hamilton, 1986). Mais especificamente, todos os traços comuns às duas listas utilizadas nesta experiência são de valência positiva e pertencem à dimensão intelectual, enquanto os traços “*quente*” e “*frio*” têm valores muito semelhantes (quase neutros) nesta dimensão. As inferências de traços que não são afectadas pela substituição de “*quente*” ou “*frio*” encontram-se, mais ou menos, na valência positiva da dimensão de desejabilidade intelectual. No entanto, a substituição de “*frio*” por “*quente*” (ou vice-versa) representa uma alteração entre dois extremos opostos da dimensão de

A direcção em que a impressão se forma é vai determinar se os traços que vão sendo apresentados são, ou não, congruentes com a impressão. Desta forma, vai ter de haver uma integração da informação que é incongruente com a direcção da impressão. Neste âmbito, foram estudados e descritos sete principais processos através dos quais os sujeitos são capazes de integrar, na mesma impressão, traços de personalidade incongruentes entre si. Estes processos eram os seguintes: permissão; segregação; profundidade da dimensão; causa-efeito; fonte comum; meios para um fim; por último, interpolação (para melhor explicação consultar Asch & Zukier, 1984). Assim, no experimento de primazia de Asch (1946), dão-se dois tipos de integração: uma é a inferência ou ir além da informação fornecida ao utilizar as listas estímulo como base para fazer escolhas na *checklist*; a segunda integração ocorre nas próprias listas de estímulos e envolve a selecção de significados avaliativos para os adjectivos influenciáveis pelos primeiros traços, que são estáveis em termos avaliativos. Ambos os tipos de integração – “ir além da informação” e “encaixar a informação” – são guiadas pela mesma e primitiva teoria implícita da personalidade: consistência avaliativa (Brown, 1986).

A oposição a Asch

No entanto, havia investigadores que discordavam das ideias *gestalt* de Asch. Norman Anderson defendia uma visão em que cada item de informação conhecido sobre uma pessoa tem um valor na escala que, por sua vez, reflecte a sua posição na dimensão em que o julgamento será feito, i.e., ao perceber a personalidade do sujeito-alvo, vai haver uma avaliação dos traços que vai reflectir na escala quão bons ou maus são esses traços. Assim, Anderson propunha que gostar ou não de uma pessoa podia ser determinado através da média dos valores dos traços (Hamilton, 1986). Para além desta interpretação alternativa sobre a forma como os traços são integrados numa impressão, surgiram alguns estudos que colocavam em causa a interpretação do efeito de primazia realizada por Asch (1946). Anderson e Hubert (1963) acreditavam que o este efeito podia ser explicado pelo simples facto de que a atenção dada aos primeiros itens era superior à atenção dada aos itens subsequentes. Para testar tal hipótese, os autores juntaram ao teste de formação de impressões, um teste de recordação, obrigando os sujeitos a manter níveis de atenção constantes ao longo da exposição aos itens. As conclusões deste estudo demonstram que o efeito de primazia é causado por um

decréscimo de atenção nos itens finais e que o uso de uma tarefa de recordação concomitante com a tarefa de formação de impressões elimina o efeito de primazia porque os sujeitos percebem os últimos itens com níveis de atenção mais elevados.

Noutro estudo, Stewart (1965) realizou uma investigação com o objectivo de compreender a influência do tempo de apresentação das comunicações no efeito de primazia e a influência do modo de apresentação na impressão final. Para tal o autor criou duas condições: uma em que os sujeitos apenas faziam a avaliação da impressão após a visualização de todos os traços; outra em que os sujeitos faziam a avaliação após a exposição a cada um dos traços. Na primeira condição os resultados foram semelhantes aos de Asch (1946), no entanto, na segunda condição os resultados apresentaram um efeito de recência. Estes dados, segundo o autor, são incompatíveis com a interpretação de Asch (1946), podendo apenas ser explicados pela hipótese atencional, defendida por Anderson. Os estudos acima referidos, bem como outros (e.g., Anderson, 1965; Anderson & Barrios, 1961; Anderson & Norman, 1964), apresentam-se como provas empíricas que favorecem a hipótese que o efeito de primazia é devido a um decréscimo no peso atencional dado aos últimos itens, em vez de uma alteração no significado desses mesmos itens. Mais ainda, os estudos suportam a ideia de que o decréscimo no peso dado aos últimos itens se deve a uma diminuição da atenção consoante a posição dos itens (Anderson, 1968).

No entanto, em 1979, Hendrick, Constantini, McGarry e McBride realizaram um conjunto de três experimentos que os levaram a contrariar as ideias de Anderson. Os autores defendem que, caso o efeito de primazia seja devido a um decréscimo de atenção, então os níveis deste mesmo efeito devem variar consoante os intervalos de tempo entre a apresentação de cada item, i.e., quanto menor o intervalo de tempo entre cada item, os sujeitos poderão ter maior dificuldade em registar e repetir os últimos itens porque o processamento dos itens iniciais ocupa todo o tempo de apresentação. Esta hipótese de “engarramento de memória” preveria que o efeito de primazia diminuísse gradualmente com o aumento dos intervalos entre a apresentação de cada item. Hendrick e colaboradores (1979) demonstraram que a variação no tempo de intervalo entre a apresentação de cada item não teve nenhuma consequência sistemática no efeito de primazia, concluindo assim que a interpretação “engarramento de memória” do decréscimo de atenção é insustentável.

Os processos cognitivos do Efeito de Primazia

Asch (1946) defendeu a ideia de que as nossas impressões sobre os outros são coerentes e bem organizadas, i.e., os factos que aprendemos sobre uma pessoa não ficam isolados um do outro, mas são organizados como um todo. A generalidade dos investigadores do tema inferiu que, se a informação sobre uma pessoa é organizada de tal forma, devem ser formadas relações associativas entre os vários nódulos de itens informativos e, conseqüentemente, a existência de tais associações deverão facilitar a recordação futura da informação (Hamilton, 1986). Desta forma, a investigação sobre a formação de impressões seguiu uma vertente mais ligada à cognição social, numa tentativa de compreender de que forma as representações cognitivas sobre pessoas eram formadas.

Hamilton, Katz e Leirer (1980) descrevem três assunções no que toca ao processo formação de impressões. Primeiro, se a impressão vai ser uma representação cognitiva coerente da pessoa, é plausível que algum enviesamento em relação à coerência avaliativa afecte o processo. Segundo, a tendência para formar uma impressão organizada sugere que, durante a integração, cada item de informação vai estar ligado aos itens de informação já conhecida sobre a pessoa-alvo. Uma implicação desta segunda assunção é que o significado funcional de qualquer item, bem como o seu papel no geral da representação cognitiva, serão determinados pela forma como “encaixam” na impressão que se está a formar. Por último, os autores referem uma terceira assunção na qual defendem que, se o perceptor relaciona cada novo item com outros itens que já foram anteriormente percebidos durante o processo de aquisição, então parece natural que no processo de formação de impressões o perceptor desenvolva uma rede de relações associativas entre os vários itens conhecidos sobre a pessoa. A principal implicação desta componente organizacional do processo de formação de impressões é que, comparando com uma condição em que a tarefa não incluía essas características organizacionais, os sujeitos que foram instruídos a formar uma impressão tendo como base uma série de itens de informação, devem apresentar melhores resultados em termos de recordação. Depois de estabelecer estas premissas, Hamilton e colaboradores (1980) realizaram uma série de experiências através das quais conseguiram confirmar que os sujeitos em condições de formação de impressões revelam uma maior capacidade de recordação dos itens apresentados do que os sujeitos em condições de memória. Segundo os autores, estes resultados foram obtidos devido ao processo através do qual a

informação vai ser organizada em memória, sendo que, ao dar-se esta organização, a recordação deve ser facilitada. Mais ainda, os autores demonstraram que os sujeitos na condição de formação de impressões organizavam *à priori* os itens de acordo com o conteúdo das categorias de personalidade numa maior extensão do que os sujeitos na condição de memória. Nesta linha de investigação, Hoffman, Mischel e Mazze (1981) tentaram compreender como os objectivos de processamento de informação influenciam as características do comportamento às quais os sujeitos prestam mais atenção, e também a forma como estes organizam e utilizam esta informação. Os autores demonstraram não só que os objectivos de processamento de informação dos observadores influenciam o tipo de categorias (i.e., baseadas nos traços ou no objectivo) que estes irão formar, mas também como os diferentes tipos de categorização influenciam a potencial realização de uma recordação objectiva e correcta. Estas e outras investigações (e.g., Bear & Hodun, 1974; Cantor & Mischel, 1977; Greenwald & Sakamura, 1967; Hamilton & Gifford, 1976; Smith, 1973) fornecerem dados que suportam a noção que, durante a formação de impressão, o perceptor trabalha para integrar toda a informação disponível numa impressão coerente e organizada da pessoa-alvo. Neste âmbito, Hastie e Kumar (1979) realizaram uma série de três experimentos nos quais os sujeitos estudavam e recordavam listas que continham variadas descrições de comportamentos. Os comportamentos em cada lista representavam uma única personagem fictícia, sendo também apresentado um breve esboço sobre os traços de personalidade. As descrições de comportamento eram seleccionadas como sendo congruentes ou incongruentes com o esboço da personalidade, sendo que o cerne desta investigação estava na recordação diferencial destas descrições. Os autores estabeleceram quatro principais conclusões no que toca à recordação de informação sobre pessoas. Primeiro, actos específicos que são inesperados ou incongruentes em relação à impressão geral formada sobre a pessoa são mais bem recordados do que situações previsíveis ou congruentes. Segundo, quanto menos actos incongruentes forem verificados em relação aos actos congruentes, melhor vai ser a recordação das situações inesperadas. Terceiro, a recordação diferencial entre actos congruentes e itens incongruentes é mais acentuada nas porções intermédias das listas (i.e., os actos que se encontram no início das lista – primazia – e os actos que se encontram no fim – recência – são mais bem recordados que os restantes). E, por último, na recordação não foi verificado qualquer tipo de agrupamento dos traços em termos da sua categoria. A partir destes resultados os autores admitiram a hipótese de que as estruturas de memória para

as impressões são dominadas por categorias de traços de personalidade. Tendo em conta estes dados, Hastie (1980) hipotetizou que um episódio incongruente com as expectativas prévias será mais difícil de compreender e, portanto, será retido na memória de trabalho durante um período de tempo relativamente superior. Na mesma linha de investigação, Srull (1981) realizou um conjunto de quatro experimentos nos quais analisava um modelo associativo de memória de personalidade que enfatiza o processamento de informação sobre comportamento que é congruente ou incongruente com as expectativas anteriores. Para além de replicar os resultados encontrados na investigação de Hastie e Kumar (1979), o autor demonstrou também que normalmente, tal como noutras investigações (e.g. Hamilton, Katz & Leirer, 1980), condições de aprendizagem incidentais resultam numa maior actividade organizacional por parte dos sujeitos do que condições de aprendizagem intencionais. Mais especificamente, instruções de formação de impressões parecem induzir altos níveis de organização nos sujeitos. Não só resultam consistentemente em maiores níveis de recordação do que as condições de memória, como provocam níveis bastante altos de recordação dos itens inconsistentes com as expectativas prévias (Srull, 1981). Devido ao facto da informação inconsistente não “encaixar” na impressão inicial, o perceptor tem que dedicar um maior esforço no sentido de a integrar na impressão, resultando num aumento da disponibilidade desses itens em memória (Hamilton, 1986).

Após a análise dos resultados anteriormente descritos, surgiu um novo modelo da Cognição Social no que toca à formação de impressões: o Modelo Hastie-Srull. Segundo este modelo, representado na Figura II, a recordação da informação comportamental armazenada sobre o alvo é levada a cabo através de um processo de busca numa rede associativa formada. Especificamente, o modelo postula que a recuperação tem início num nóculo da pessoa-alvo e desce por uma das associações a ele associadas. Uma vez recordado um item, sempre que possível a busca atravessará associações que ligam esse item directamente a outro item. Tendo em conta que os itens incongruentes se encontram densamente interligados a outros itens, existe um maior número de “vias” alternativas para a recuperação de um item incongruente do que um item congruente. Como tal, a probabilidade de recordar itens incongruentes com a expectativa é maior do que a de recordar itens congruentes (Garcia-Marques, 2004).

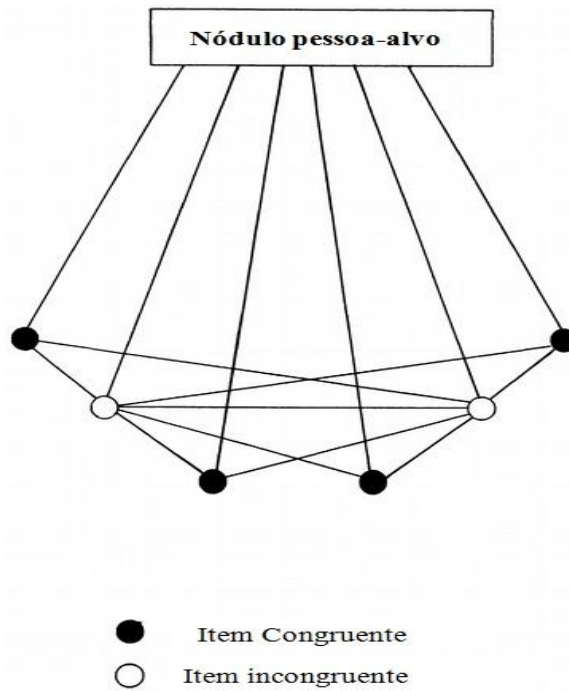


Figura II. Rede associativa do Modelo Hastie-Srull

Formação de impressões e a memória

Alguns autores consideravam que a formação de impressões envolvia um processo de memória distinto e independente da memória verbal imediata, que estava na base dos estudos de recordação de listas de traços (Anderson & Hubert, 1963). Johnson, Kim e Risse (1985) realizaram uma investigação no sentido de estudar a independência dos dois processos com pacientes do Síndrome de Korsakoff. O estudo consistia em dois experimentos: no primeiro os sujeitos eram expostos a uma melodia e, após um intervalo de cinco minutos, era-lhes pedido para relatar a sua preferência entre a melodia ouvida inicialmente e uma nova melodia; no segundo experimento os sujeitos eram expostos a duas imagens das quais uma era acompanhada com descrições fictícias típicas de uma “boa pessoa” e a outra de uma “má pessoa”, sendo que, após um intervalo de cerca de 20 dias, era pedido aos participantes que recordassem a impressão sobre cada uma das figuras, bem como a sua preferência entre as duas. Os resultados do segundo experimento demonstraram que os pacientes de Korsakoff não formaram impressões tão extremas como o grupo controlo. No entanto, sete em nove pacientes de Korsakoff escolheram a “boa pessoa” como sendo a sua preferida. Já no primeiro experimento, a preferência pela melodia que já tinha sido apresentada é igual em ambos os grupos. Segundo os autores, estes resultados foram verificados porque, quando se

trata de preferências em relação a pessoas, há bastante mais liberdade para as funções de reflexão operarem, especialmente quando os sujeitos recebem informações específicas sobre a vida da pessoa-alvo. Assim, em testes inclusivos baseados em *inputs*, associados principalmente aos sistemas perceptivos e sensoriais, os amnésicos parecem demonstrar uma performance relativamente normal. Por outro lado, em testes inclusivos baseados em *inputs*, associados principalmente a sistemas de reflexão, os amnésicos parecem apresentar alguma desvantagem, embora se tratam de testes incidentais (Johnson et al., 1985). Atendendo a estes estudos e outros, Anderson (1991) defende a aplicação de uma teoria funcional à formação de impressões sendo que, de acordo com esta teoria, a formação de impressões e a memória verbal imediata seriam processos diferentes no que toca a dois aspectos. Primeiramente, no que toca à forma, que tem sido relativamente arbitrária nas tarefas de aprendizagem verbal, ou seja, o facto de ser mencionado aos sujeitos que as palavras descrevem uma pessoa vai impor alguns constrangimentos de unificação à lista, deixando as palavras de ser arbitrárias como aconteceria numa tarefa de aprendizagem verbal. Em segundo, o autor defende que há uma diferença em termos de função, i.e., a memória de pessoas é dominada por uma direcção do objectivo de processamento para o significado, sendo que cada objectivo estabelece esquemas avaliativos que recuperam significados relevantes de informação actual ou que esteja em memória. Ao contrário, a aprendizagem verbal tradicional está, tipicamente, direccionada para uma reprodução literal e objectiva.

Apesar da demonstração de que a formação de impressões podia funcionar de forma independente da memória, os resultados de alguns estudos continuavam a apontar no sentido de um funcionamento concomitante entre os dois. Reyes, Thompson e Bower (1980) realizaram um estudo com o objectivo de testar a hipótese de que a informação que está desproporcionalmente disponível em memória vai ter um impacto correspondentemente desproporcional no julgamento avaliativo da pessoa. Nesta investigação, não só foi confirmada a hipótese, como também ficou demonstrado que a informação incongruente com a impressão global do sujeito é mais bem recordada, influenciando de forma desproporcional os julgamentos avaliativos. Segundo os autores, a confirmação da hipótese proposta inicialmente pode ser explicada da seguinte forma: as instruções do estudo induziram os sujeitos a formarem os seus julgamentos integrando os argumentos que conseguiam recordar, de maneira a formar um novo julgamento em vez de se “apoiarem” na memória dos seus julgamentos prévios. Já Dellarosa e Bourne (1985), demonstraram que os sujeitos recordam mais factos que

apoiam as suas decisões do que factos que não as apoiam. Nos três experimentos realizados, os autores verificaram que a informação ou actividade cognitiva subsequente produzia acessibilidade diferente em relação aos vários tipos de informação. Estes resultados demonstram que, independentemente do ponto de geração, a actividade cognitiva subsequente pode ser alterada por factos apresentados anteriormente. Mais especificamente, as estruturas da memória são alteradas ou actualizadas de alguma forma, para conseguirem integrar a introdução de nova informação.

Tendo em conta os estudos anteriores, pode-se verificar que, em determinadas condições, o julgamento de pessoas e a memória funcionam de forma interligada e, noutras condições, de forma independente. Assim sendo, tentar confirmar a independência dos dois processos não tem grande interesse. Ao invés, o interesse prende-se agora com a compreensão das condições em que acontece relação entre a memória e o julgamento de pessoas (Garcia-Marques, 2011). Hastie e Park (1986) assumem que, quando um sujeito é exposto a uma tarefa de julgamento, seja numa situação experimental ou natural, a informação das pistas é processada por um operador de julgamento que gera uma conclusão na qual a resposta é baseada. Segundo os autores, há três modelos utilizados pela psicologia social que permitem abordar a relação “memória-julgamento”: independência sem prioridade; memória causa julgamento; julgamento causa memória. No entanto, Hastie e Park (1986) definem cinco modelos alternativos da cognição social de processamento de informação que relacionam memória para as pistas aos julgamentos baseados nas pistas: processamento independente; disponibilidade; recuperação enviesada; codificação enviesada; e, por último, codificação baseada na incongruência. Mais ainda, os autores distinguem tarefas que apelam a duas fontes diferentes de *inputs* no que toca aos operadores de julgamento: tarefas de julgamento baseado em memória e tarefas de julgamento *on-line*. Nas primeiras, o julgamento é baseado na memória e o sujeito tem necessariamente de confiar na recuperação de pistas relativamente concretas da memória a longo prazo de forma a produzir um julgamento. Sob estas condições baseadas na memória, serão obtidas relações directas entre a memória das pistas e o julgamento. No entanto, estas condições são raras, tanto num ambiente experimental como num ambiente natural. A alternativa, mais comum, são as tarefas de julgamentos *on-line* em que a informação a que o sujeito é exposto percorre um caminho que começa no exterior, é processada directamente na memória de trabalho, seguindo directamente para o operador de julgamento. Este tipo de tarefas são chamadas de *on-line* porque o sujeito está a receber

informação e simultaneamente a formar o julgamento. Os autores defendem que, quando as tarefas de julgamento são *on-line*, se torna impossível de fazer uma predição da relação memória-julgamento porque quatro dos cinco modelos se aplicam. Contrariamente, se a tarefa de julgamento for baseada na memória, a relação memória-julgamento pode ser interpretada à luz do modelo da disponibilidade, que prediz uma relação directa entre a memória das pistas e a conclusão do julgamento (Hastie & Park, 1986). Mais ainda, Lichtenstein e Srull (1987) defendem a ideia de que, em condições de memória, os sujeitos vão recuperar a informação de forma inversa à codificação, ou seja, um efeito de recência em julgamento baseados na memória podem retractar um efeito de primazia em julgamentos *on-line* (Garcia-Marques, 2011). No entanto, alguns autores (e.g., Carlston, 1980; Lingle, 1983) argumentam que os julgamentos de pessoas podem ser baseados tanto na recordação de inferências prévias de traços como em memória de eventos específicos. Segundo esta ideia, as questões sobre traços começam por estimular a activação nas vias associadas à pessoa-alvo, até os conceitos da resposta serem alcançados. O “caminho” para o conceito de traço aplicável pode ser directo, quando a activação se espalha directamente até à memória de uma inferência, ou circular, quando a activação passa, primeiramente, por memórias de eventos relacionados (Carlston & Skowronski, 1986). Desta forma, e tendo em conta que esta definição conta com suporte empírico (e.g., Lingle & Ostrom, 1979; Lingle, Dukerich & Ostrom, 1983; Bargh & Thein, 1985), a distinção entre julgamento baseados na memória e julgamentos *on-line* (Hastie & Park, 1986) torna-se desnecessária e pouco útil. Mais tarde, Garcia-Marques e Hamilton (1996) propuseram um modelo (TRAP) que teria em conta a ocorrência simultânea do efeito de incongruência e do efeito de correlação ilusória baseado na expectativa. Na sua investigação, os autores conseguiram demonstrar que, mesmo estando os participantes expostos às mesmas condições experimentais, os dois efeitos poderiam ocorrer. Especificamente, os participantes que se encontravam sob condições de formação de impressões e que recordavam significativamente mais comportamentos incongruentes dos que congruentes também estimavam que tinham havido significativamente mais comportamentos congruentes do que incongruentes nas frases estímulo. Mais ainda, estes resultados foram verificados mesmo quando as duas medidas dependentes ocorriam numa sucessão imediata. De acordo com o modelo proposto pelos autores, esta aparente anomalia ocorre devido aos procedimentos divergentes envolvidos na recuperação de informação relevante para a tarefa a partir da memória, sendo estas, por um lado, recordação livre e, por outro,

estimação de frequência. A recordação livre exige uma busca exaustiva em memória para a pessoa ou grupo alvo e, por isso mesmo, as associações inter-item formadas durante a fase de codificação, envolvendo principalmente itens incongruentes, levam a uma maior recordação proporcional de itens incongruentes. Pelo contrário, a tarefa de estimação de frequência não obriga a uma busca exaustiva em memória; a recuperação para a estimação apenas envolve uma busca em amostras de itens associados com o alvo ou atributo em questão. É também um processo heurístico que pode ser enviesado por alguns factores, incluindo a facilidade de recuperação de alguns tipos de itens. Devido ao facto de que os itens congruentes com a expectativa estão mais fortemente associados ao nóculo alvo do que os itens incongruentes, são mais facilmente acedidos durante a recuperação, conduzindo a estimações de frequência mais elevadas.

Tendo em conta o que foi acima referido, a formação de impressões assenta na ideia de existência de estruturas semânticas, sendo que estas são estruturas de memória especializadas que partilham bastantes características com outras estruturas semelhantes, dotadas com as mesmas capacidades de flexibilidade e com tendência para apresentar custos de performance parecidos (Garcia-Marques, Ferreira, Nunes, Garrido & Garcia-Marques, 2010).

Paradigma DRM

Garcia-Marques, Ferreira, Nunes, Garrido e Garcia-Marques (2010) hipotetizaram que as estruturas acima referidas são estruturas especializadas de memória associativa que partilham características básicas com outras estruturas do mesmo género, dotadas dos mesmos poderes de flexibilidade e predispostas para apresentar custos de processamento semelhantes. Segundo os autores, um paradigma que se tem sido utilizado com bastante sucesso na exploração destas estruturas associativas é o DRM (Deese-Roediger-McDermott; Deese, 1959; Roediger & McDermott, 1995). Roediger e McDermott (1995), adaptando os procedimentos utilizados por Deese (1959), introduziram um paradigma que é agora largamente utilizado para estudar falsas memórias (Gallo & Roediger, 2001). Inicialmente, Deese (1959) começou por realizar um estudo com o objectivo de examinar a influência da força associativa inter-item em algumas características de recordação imediata. Para tal, o autor apresentou listas de 15 palavras, fortemente associadas a itens críticos, aos sujeitos pedindo-lhes, mais tarde, que recordassem livremente as palavras que tinham sido apresentadas. Os resultados

permitiram confirmar uma interpretação da recordação livre em termos da associação livre. Esta última, ao ocorrer na recordação livre, é, provavelmente, uma actividade directa e incontrolada com pouca ou nenhuma edição activa do material recordado. Mais tarde, Roediger e McDermott (1995) realizaram uma investigação com dois experimentos, adaptando o paradigma original de Deese (1959). No primeiro experimento, os sujeitos eram expostos às seis listas de palavras que produziram maiores níveis de recordação falsa na investigação de Deese (1959). Depois de ouvirem e recordarem as palavras, os participantes realizavam um teste de reconhecimento que continha itens estudados e itens não estudados, incluindo palavras críticas não apresentadas. Os resultados deste experimento permitiram replicar os de Deese (1959), ao demonstrar que os itens críticos não apresentados atingiam níveis de recordação tão altos como os itens apresentados. Os autores foram mais longe que Deese (1959) ao demonstrar que, num teste de reconhecimento, os itens críticos não estudados eram tão reconhecidos como “velhos” como os itens estudados. No experimento dois os sujeitos foram expostos a dezasseis listas de palavras, sendo que ao fim de metade das listas realizavam uma tarefa de recordação, e ao fim das 16 listas era-lhes pedido para resolverem problemas de matemática. Mais tarde, realizavam uma tarefa de reconhecimento contendo itens das 16 listas estudadas, mais itens de 8 listas comparáveis mas não estudadas. Durante o teste de reconhecimento, os sujeitos faziam julgamentos “velho-novo”, seguidos de julgamentos “lembra-sabe” para itens julgados como “velhos”. Neste experimento os autores concluíram ainda que, em listas com 15 palavras, a recordação falsa aumentava, ocorrendo em 55% das situações. Em suma, o paradigma DRM consiste em induzir falsa recordação e falso reconhecimento, caracterizando-se, em linhas gerais, pela apresentação de listas curtas de palavras fortemente associadas a um item crítico não apresentado, sendo que os sujeitos têm de tentar memorizar esse conjunto de palavras. Nas tarefas de reconhecimento e recordação que se seguiram para testar a memória dos participantes, os autores verificaram que, quando os sujeitos reproduzem as listas, existiram elevados níveis de falsas recordações, bem como existiram, também, falsos alarmes das palavras críticas nos testes de reconhecimento (Roediger & McDermott, 1995). De forma geral, o nível de falsas recordações atingiu um nível semelhante ao de recordações verdadeiras, sendo que os sujeitos realizavam o julgamento com grandes níveis de confiança, verificando-se, ainda, que o acto de recordação aumentou os níveis de recordação no que toca aos itens estudados. No entanto, também aumentou os níveis de recordações falsas dos itens não

estudados. Estudos posteriores, que também recorreram a este paradigma, permitiram, por um lado, verificar que as falsas memórias são obtidas mesmo quando os participantes são informados acerca do seu efeito (Gallo, Roberts & Seamon, 1997) e, por outro lado, verificar, tal como McDermott (1996) fez, que as falsas recordações mantêm-se ou aumentam quando evocadas após intervalos de tempo, contrariamente ao que acontece com as recordações verdadeiras. Este conjunto de dados indica, assim, a robustez, duração e resistência à correcção deste tipo de memória (Roediger, McDermott & Robinson, 1998). Uma das explicações para a existência desta força associativa pode ser encontrada no artigo de Collin e Loftus (1975), no qual os autores apresentam uma representação esquemática do conceito de associação num fragmento típico da memória humana. Nesta representação, pode-se ver que um conceito como “vermelho” está semanticamente bastante próximo de “fogo” ou “laranja” e, apesar de também estar relacionado com nuvens, esta associação já é indirecta e menos forte que as anteriores. Ao longo do tempo, a utilização sistemática do paradigma DRM permitiu inferir a influência de diversas variáveis na formação de falsas memórias. Assim, a introdução sistemática de pequenas alterações ao nível da fase de codificação, através da alteração das instruções iniciais, de alterações a nível da manipulação do material de estudo e, por último, de alterações ao nível da recordação permitiram identificar diferentes factores que afectam as memórias falsas (Roediger et al, 1998).

Com o objectivo de tentar explicar os resultados obtidos aquando da utilização do paradigma DRM, surgiram duas teorias contemporâneas de processos opostas: a teoria de activação - monitorização (Roediger, Bolota & Watson, 2001) e a teoria do traço difuso (Brainerd & Reyna, 1998).

A teoria da Activação – Monitorização é o actual resultado da Hipótese das Respostas Associativas (Underwood, 1965) juntamente com os Modelos de Dispersão Automática da Activação (Anderson & Bower, 1973) e, também, com o Modelo da Monitorização da Fonte (Johnson, Hastroudi & Lindsay, 1993). Desta forma, de acordo com este modelo, as palavras associam-se automaticamente a outras através de contiguidade, co-ocorrência, classificação taxonómica ou semelhança conceptual, ortográfica ou fonémica, sendo que, por isso mesmo, durante a codificação, a apresentação da lista leva à activação do item crítico devido a um processo de dispersão da activação, ou *spreading activation* (Roediger, Balota & Watson, 2001). O processo de controlo do erro, por sua vez, corresponde à monitorização, um conjunto de

processos que ocorre durante a recuperação e que permite a correcta atribuição da fonte de informação activada (Carneiro, Fernandez & Dias, 2009). Desta forma, este modelo teórico defende que a formação de falsas memórias surge a partir da visualização das listas que, por sua vez, vai estimular a activação de uma rede associativa de palavras aumentando, conseqüentemente, o reconhecimento ou recordação dos itens críticos como tendo sido apresentados, especialmente se o processo de monitorização não for eficazmente executado e, dessa forma, a fonte de informação não for correctamente acedida. No que diz respeito ao processo de monitorização, Gallo (2010) distingue duas diferentes formas deste processo: por um lado, a monitorização diagnóstica (*diagnostic monitoring*) que se baseia nas expectativas para tomar uma decisão mnésica, ou seja, quando um determinado evento questionado falha em provocar reconhecimentos esperados devido a experiências anteriores é rejeitado como falso; e, por outro lado, a monitorização desqualificante (*disqualifying monitoring*) que se caracteriza por se basear na informação colateral para tomar uma decisão mnésica, i.e., quando um evento questionado provoca reconhecimentos que são inconsistentes com as ocorrências passadas é rejeitado. Assim, a monitorização diagnóstica é considerada um tipo de monitorização primária, uma vez que se foca na qualidade do questionamento do evento em si e se esta evidência passa um determinado critério, enquanto a monitorização desqualificante é considerada um tipo de monitorização secundária, uma vez que se baseia em informação colateral e se essa informação colateral considerada confirma ou desconfirma o evento questionado (Gallo, 2010).

Outra explicação prende-se com a Teoria do Traço Difuso (Brainerd & Reyna, 1998). Este modelo teórico assume que as memórias são codificadas ao longo de um contínuo que varia entre as recordações *verbatim* e os traços *gist* da experiência, sendo que considera, também, que as palavras críticas representam a informação relacional ou semântica do acontecimento, i.e., *gist*, correspondendo à representação do tema da lista (Brainerd & Reyna, 1998). Desta forma, os traços *gist* armazenam elementos baseados no conceito da experiência, tais como o significado, elaborações que o participante cria durante a experiência e os aspectos comuns existentes entre um conjunto de experiências semelhantes, enquanto, por sua vez, o *verbatim* engloba os aspectos perceptivos mais específicos da experiência, sendo que, quando bem codificado, é comparado, durante o processo de recuperação, com os traços de memória *gist* podendo, desta forma, eliminar as falsas memórias (Brainerd & Reyna, 1998; Arndt & Gould, 2006). Assim sendo, de acordo com a teoria do Traço Difuso, durante a codificação são

codificados tanto os traços *verbatim* como *gist*, existindo a formação de uma falsa memória quando o significado de um item é igual ao significado geral da lista codificada (Ackerman, 1994; Brainerd & Reyna, 1993, citados por Brainerd & Reyna, 1998). Importa, também, referir que este modelo considera ainda que podem existir processos discriminativos de rejeição por recordação que ajudam a reduzir as memórias falsas através dos traços *verbatim* (Brainerd & Reyna, 1998). Existe um conjunto vasto de evidências que apoia a teoria do Traço Difuso, nomeadamente o facto de as falsas memórias serem menos afectadas pelo tempo de retenção do que as memórias verdadeiras (McDermott, 1996). Para além disso, verifica-se, ainda, que incluir itens não relacionados num teste de reconhecimento aumenta os reconhecimentos falsos, relativamente a um teste só com itens associados, maioritariamente ao encorajar a resposta baseada em *gist* (Gunter, Ivanko & Bodner, 2005), bem como se verifica, também, que os falsos reconhecimentos ocorrem para imagens semelhantes de um mesmo objecto (Koutstaal & Schacter, citado por Gallo, 2010) e até para imagens abstractas que são perceptivamente semelhantes, mas que não têm significado ou qualquer associação semântica pré-existente (Koutstaal, Schacter, Verfaelli, Brenner & Jackson, citado por Gallo, 2010).

No ano 2000, Rhodes e Anastasi aplicaram as listas utilizadas por Roediger e McDermott (1995) com o intuito de realizar uma investigação cujo objectivo seria determinar o efeito de uma manipulação nos níveis de processamento no número de recordações falsas. Em ambos os experimentos que compunham este estudo, os resultados demonstraram que, quanto maiores fossem os níveis de processamento (i.e., classificações concretas/abstractas ou selecções categoriais), maiores seriam os níveis de recordações das palavras das listas e dos itens críticos. Tendo em conta os resultados de Rhodes e Anastasi (2000), foi realizada uma outra investigação, que também utilizou como base o paradigma DRM, de bastante relevância para a actual dissertação. Esta refere-se às instruções iniciais, i.e., Thapar e McDermott (2001) verificaram que o tipo de instruções de processamento pode ter influência no nível de recordação verdadeira. Isto acontece porque os níveis de processamento mais profundo, i.e., mais focados no significado ou detalhes semânticos das palavras, levam a mais memórias falsas do que os níveis de processamentos mais superficiais e mais focados nos detalhes perceptivos, ortográficos ou fonológicos das palavras (Rhodes & Anastasi, 2000). Para além disso, verifica-se, ainda, que a alteração da modalidade de apresentação das listas de palavras influencia a recordação e reconhecimento falso, uma vez que mudar a apresentação

auditiva para visual diminui as memórias falsas (Cleary & Greene, 2002), bem como os níveis de recordações falsas é reduzido em condições em que é necessário ouvir e escrever, comparativamente a condições em que apenas é necessário ouvir as palavras (Seamon, Goodkind, Dumey, Dick, Aufseeser, Strickland & Fung, 2003). Mais ainda, Schacter e Isreal (1997) demonstraram que os níveis de falso reconhecimento no paradigma DRM eram substancialmente reduzidos quando os participantes estudavam não só as palavras, mas também imagens que lhes estavam associadas. Estes resultados levaram ao aparecimento de explicação para a variação na magnitude das falsas memórias sendo que, estas explicações podem ser divididas em duas principais hipóteses: baseadas em decisão e baseadas em memória. Assim, tendo em conta a hipótese baseada na decisão, Schacter, Israel e Racine (1999) defendem que estes resultados podem ser explicados pela existência de uma heurística da distintividade, i.e., um modo de resposta no qual os participantes procuram o acesso a recordações detalhadas para suportar a decisão de reconhecimento positivo. Desta forma, e de acordo com alguns autores, qualquer manipulação que torne os itens das listas distintivos induz um tipo de processamento baseado nas idiossincrasias dos itens e, por isso, deficitário em processamento relacional, isto é, verifica-se a existência da influência da heurística da distintividade, uma vez que itens críticos distintivos produzem na generalidade menos memórias falsas visto que se distinguem do contexto em que foram apresentados e são, por isso, mais facilmente rejeitados (Arndt & Reder, 2003). Segundo Gallo (2010) a heurística da distintividade é mais um apoio empírico para o *diagnostic monitoring*, visto que, segundo explica, os sujeitos esperam que as imagens provoquem recordações mais explícitas do que as palavras e, por isso mesmo, a ausência da recordação de uma imagem para os itens relacionados é mais informativa (ou diagnóstica) que o item não foi apresentado anteriormente. No entanto, a heurística da distintividade não consegue explicar, por exemplo, o facto de haver um menor nível de falsas memórias quando os itens são apresentados numa modalidade visual do que numa modalidade auditiva (Arndt & Reder, 2002). Surge então uma proposta de uma hipótese baseada em memória que engloba dois processos: a informação relacional em memória e a informação de itens específicos em memória. A primeira surge a partir do processamento das semelhanças entre os itens estudados e os itens apresentados, beneficiando de forma geral o desempenho em termos de memória nas tarefas de reconhecimento mas, por outro lado, aumentando também os níveis de falso reconhecimento. Por sua vez, a informação de itens específicos em memória surge a

partir do processamento das diferenças entre itens de estudo, aumentando apenas os níveis de reconhecimento verdadeiro (Arndt & Reder, 2002). Assim, uma forma de compreender qual destas explicações se aplica quando há uma diferença no nível de falsas memórias, é realizar um teste de reconhecimento inclusivo e um teste de reconhecimento exclusivo. Isto porque o teste inclusivo tem uma maior exigência em termos de monitorização do que o teste exclusivo. Assim, se as diferenças nos níveis de falsas memórias se mantiverem em ambos os testes, quer dizer que as mesmas se devem a um *deficit* no processamento relacional, sendo que a realização de um teste com uma menor exigência em termos de monitorização não interferiu nos resultados, demonstrando assim que não é devido a diferentes níveis de monitorização que há diferentes níveis de falsas memórias. Se, no entanto, as diferenças nos níveis de reconhecimento se alterarem entre o teste inclusivo e exclusivo, a explicação já se prenderá com uma diferente monitorização sendo que, ao realizar um teste com um menor nível de exigência em termos de monitorização, as diferenças nos níveis de falsas memórias tendem a desaparecer.

A formação de impressões e as falsas memórias

Garcia-Marques e colaboradores (2010) realizaram uma investigação no sentido de compreender melhor a teoria implícita da personalidade e o DRM. Para tal, os autores hipotetizaram que o processo de codificação da formação de impressões envolve a montagem de um espaço específico de um traço semântico antes de colocar o alvo nesse espaço. Por exemplo, se um sujeito for exposto a alguns traços intelectuais positivos, a activação subsequente destes traços iria gradualmente convergir nos seus vizinhos semânticos não apresentados, que têm mais peso na dimensão intelectual e são de valência positiva. Os resultados desta investigação comprovaram a ideia de que as falsas memórias podem surgir a partir das estruturas semânticas da teoria implícita de personalidade. Mais especificamente, o nível de falsas memórias obtido sob as instruções de formação de impressões foi maior do que o obtido sob instruções de memória. Segundo os autores, os dados desta investigação apontam para a importância crítica dos objectivos de formação de impressões na activação de uma estrutura semântica especializada. É ainda sugerido que diferentes objectivos de codificação podem levar à activação de estruturas semânticas, de certa forma diferentes. Neste âmbito, Nunes, Garcia-Marques, Ferreira e Ramos (*in press*) realizaram um estudo com

o objectivo de compreender como o efeito de centralidade (Asch, 1946) pode reflectir a organização de traços de personalidade em memória. Para tal, utilizaram, como no estudo de Garcia-Marques e colaboradores (2010), o paradigma DRM. Esta investigação replicou os resultados obtidos no estudo de Garcia-Marques e colaboradores (2010), fornecendo mais dados empíricos que apoiam a ideia de que a teoria implícita da personalidade funciona como uma rede semântica condicional que é activada quando os objectivos se prendem com a formação de impressões. Mais ainda, os dados obtidos permitiram ir mais longe, ao verificar que é possível obter reconhecimento falso de palavras associadas apenas com uma palavra estudada. Mais especificamente, ao introduzir um traço de personalidade central, tal como foi descrito o efeito de centralidade por Asch (1946), era esperado que apenas este traço fosse suficiente para promover o reconhecimento falso de traços de personalidade do seu *cluster*. Foram obtidos altos níveis de falso reconhecimento de traços de personalidade associados com o traço previamente citado, mas apenas quando era pedido aos participantes para formar uma impressão e não na condição de memória, o que vai ao encontro de uma estrutura semântica que funciona como base da teoria implícita da personalidade e que é condicionada pelos objectivos de formação de impressões.

O estudo presente

Desta forma, e tendo em conta o que foi acima exposto, o principal objectivo desta investigação prende-se com a replicação do efeito de primazia encontrado por Asch (1946) utilizando o paradigma de falsas memórias DRM. Assim, este estudo pretende demonstrar que a memória de pessoas pode funcionar de forma concomitante com a memória verbal imediata. Para realizar esta investigação foi utilizado o paradigma DRM com algumas alterações no que toca às listas apresentadas aos sujeitos; estas eram compostas por traços de personalidade sendo que, na primeira metade os traços eram maioritariamente positivos e na segunda maioritariamente negativos (e vice-versa, dependendo da condição). Com esta manipulação era pretendido perceber se iria haver um maior número de falsas recordações associadas à valência dos primeiros itens das listas, demonstrando assim um efeito de primazia. Foi ainda manipulada a dimensão de cada lista de acordo com a estrutura multidimensional de Rosenberg e colaboradores (1975), no sentido de manter as listas mais uniformes, impedindo que algum dos traços pudessem ter um maior peso devido à sua distintividade dimensional. Por último, o

objectivo de processamento foi também manipulado, de forma a verificar se, quando é previamente pedido aos sujeitos para formar uma impressão, a magnitude das diferenças dos níveis de falsas memórias entre a primeira e a segunda metade das listas vão variar em relação à condição em que é pedido previamente aos sujeitos para simplesmente memorizar as listas. Aqui, e tendo em conta resultados de estudos prévios (e.g., Thapar & McDermott, 2001), seria de esperar que fossem verificadas diferenças significativas, atentando a alteração nas instruções de objectivo de processamento.

Considerando o que foi acima referido, o presente estudo assume três principais hipóteses. A primeira é que se verificará um maior nível de falsas memórias associadas a listas de valência positiva do que a listas de valência negativa. Isto porque, segundo alguns autores (e.g., Anderson, 1965) demonstraram que os participantes atribuem maior peso a traços negativos do que a traços positivos quando realizam tarefas de formação de impressões. Em segundo, foi hipotetizado que os níveis de falsas memórias associados à primeira metade das listas seria superior ao associado à segunda metade das listas, i.e., espera-se replicar o efeito de primazia (Asch, 1946), demonstrando que a primeira metade da lista tem uma maior influência sobre a impressão formada, tornando os traços da segunda metade da lista incongruente, levando a uma maior monitorização dos mesmos por parte dos participantes. Por último, o abaixamento dos níveis de falsas memórias em relação à segunda metade da lista podia ser devido a duas hipóteses: um *deficit* relacional ou a uma maior monitorização da segunda metade da lista. Para esclarecer a última hipótese abordada foi aplicado aos participantes um teste *gist* sendo que, se os resultados do teste de reconhecimento *standard* se replicassem no teste *gist*, então o abaixamento dos níveis de falsas memórias em relação à segunda metade da lista dever-se-ia a um *deficit* relacional; pelo contrário, se os resultados não fossem replicados no teste *gist*, então o abaixamento dos níveis de falsas memórias da segunda metade das listas dever-se-ia a uma maior monitorização da segunda metade da lista.

Método

Participantes

Nesta experiência participaram um total de 104 estudantes da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa que se propuseram a esta participação mediante a atribuição de créditos numa disciplina do curso de Psicologia.

Material

Para a realização desta experiência foi constituído um conjunto de quatro listas (Anexo A) sendo que, cada uma delas foi apresentada aos sujeitos que pertenciam às respectivas condições experimentais. Para a constituição das listas, foi pedido a 25 sujeitos que realizassem descrições curtas de traços de pessoas que gostavam e de pessoas que não gostavam (indivíduos que não conheciam pessoalmente). Destas descrições, foram escolhidos os 40 traços mais frequentemente positivos e os 40 traços mais frequentemente negativos. Seguindo a investigação de Rosenberg e colaboradores (1968), foi pedido a uma amostra diferente de 27 de sujeitos que organizassem os 80 traços em 12 grupos tendo em conta a sua probabilidade de co-ocorrência na mesma pessoa. Uma regressão multidimensional representada na Figura III retractou a estrutura bidimensional identificada por Rosenberg e colaboradores (1968). Uma análise de

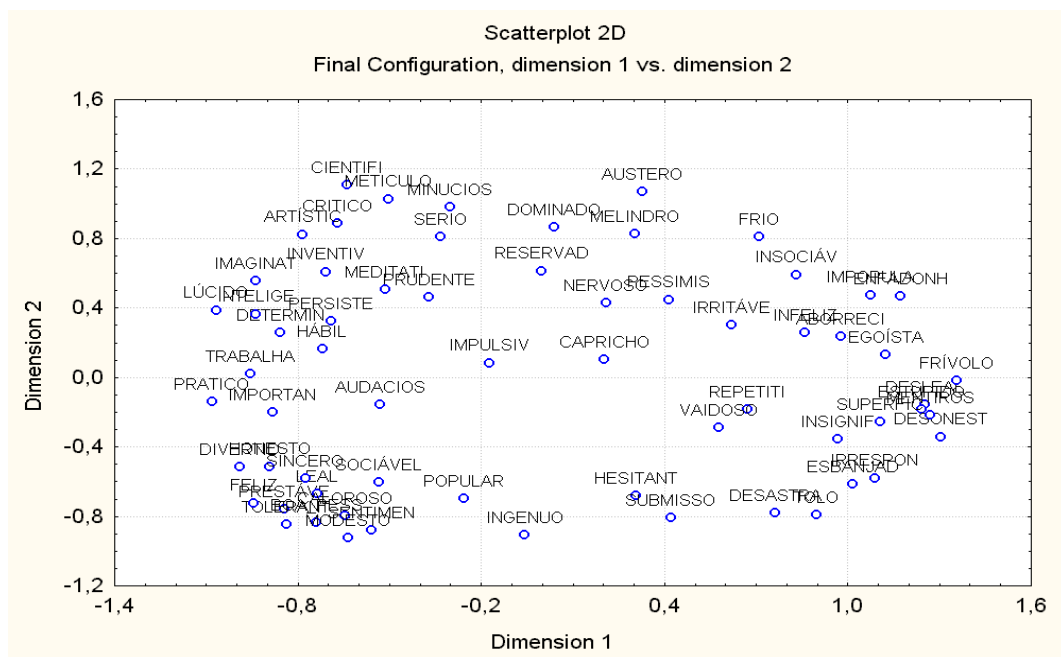


Figura III. Replicação de Rosenberg, Nelson e Vivekananthan (1968) por Garcia-Marques e colaboradores (2010)

clusters 4-vias identificou os quatro agrupamentos esperados que resultam da combinação das duas dimensões avaliativas: social-positiva (e.g., amigável, generoso e amável); social-negativa (e.g., vaidoso, egoísta, agressivo); Intelectual-positiva (e.g., culto, esperto, determinado); intelectual-negativa (e.g., incompetente, preguiçoso, irresponsável). Esta análise de *clusters* 4-vias foi utilizada para seleccionar as 15 palavras de cada agrupamento que estivessem mais perto do item central (Garcia-Marques et al., 2010).

As cinco palavras mais perto de cada item central foram utilizadas como itens críticos (que nunca poderiam ser apresentadas aos participantes). As oito palavras seguintes, em conjunto com o traço central, formaram as quatro listas (i.e., intelectual-positiva, intelectual-negativa, social-positiva e social-negativa) sendo que, cada lista era constituída por dois agrupamentos de valência oposta de cada dimensão. Assim, cada lista combinava nove traços positivos e nove negativos tanto da dimensão intelectual como da dimensão social. Para cada dimensão (intelectual e social) foram criadas duas listas diferentes, compostas pelas mesmas palavras, mas apresentadas em por ordens diferentes. Mais especificamente, foi manipulada a proporção de traços positivos e negativos em cada metade de cada lista. Desta forma, para cada dimensão foram criadas listas às quais se deu o nome de “positiva-negativa” e “negativa-positiva”. Numa lista “positiva-negativa”, a primeira metade da lista era composta por dois terços de traços positivos (i.e., seis traços positivos), e um terço por traços negativos (i.e., três traços negativos), já a segunda metade da lista era composta por dois terços de traços negativos (i.e., seis traços negativos) e um terço de traços positivos (i.e., três traços positivos). Numa lista “negativa-positiva”, a primeira metade da lista era composta por dois terços de traços negativos (i.e., seis traços negativos), e um terço por traços positivos (i.e., três traços positivos), enquanto a segunda metade da lista era composta por dois terços de traços positivos (i.e., seis traços positivos) e um terço de traços negativos (i.e., três traços negativos). Em suma, as listas positiva-negativa e negativa-positiva para cada uma das dimensões eram compostas exactamente pelas mesmas palavras, no entanto a valência predominante em cada metade variava. A ordem de apresentação dos traços servia sempre para garantir que os dois traços, positivo e negativo, que estivessem mais próximos do centróide estariam em extremidades opostas da lista, sendo que no meio da lista estariam os traços mais afastados do centróide do agrupamento. É necessário ter em conta que na lista positiva-negativa havia uma predominância de traços positivas na primeira metade da lista e na negativa-positiva

havia uma predominância de traços negativos na primeira metade da lista. Foram também adicionadas a cada lista cinco palavras (que não fossem traços) atemáticas (e.g., telefone, roupeiro, rosa) que se colocaram na mesma posição em todas as listas. Desta forma, cada lista era composta por 23 palavras, sendo que foi obtido um total de quatro listas.

O teste de reconhecimento *standard* era composto pelas mesmas palavras que o teste de reconhecimento *gist*, sendo que a sequência de apresentação das palavras era randomizada de forma separada para cada teste e para cada participante. Cada teste continha 46 palavras: vinte traços críticos (cinco de cada agrupamento); seis palavras atemáticas não apresentadas mas associadas às apresentadas; quatro palavras atemáticas não apresentadas e não associadas; cinco traços irrelevantes não apresentados; oito traços apresentados – quatro positivos e quatro negativos – (que variavam de acordo com a lista apresentada: traços sociais se fosse uma lista social e traços intelectuais se fosse uma lista intelectual); e, por último, três palavras atemáticas apresentadas. Exceptuando os oito traços apresentados, os testes eram iguais para todos os participantes.

Design

O *design* desta experiência era composto por um plano factorial de 2 objectivos de processamento (memória vs formação de impressões) X 2 dimensões da lista (social vs intelectual) X 2 valências predominantes da primeira metade (positiva vs negativa), sendo todas as condições inter-participantes. O número de participantes colocados em cada uma das oito condições do *design* virou entre 10 e 16. Um teste de reconhecimento *standard* e um teste de reconhecimento *gist* foram utilizados. As medidas dependentes para cada teste incluíam as proporções de traços negativos e positivos da lista que eram correctamente reconhecidos, a proporção de palavras atemáticas que eram correctamente reconhecidas, as proporções de traços positivos e negativos da dimensão da lista falsamente reconhecidos e, por último a proporção de associados atemáticos falsamente reconhecidos.

Procedimento

A experiência foi corrida em pequenos grupos de 6 a 10 participantes. Na condição de formação de impressões, era pedido aos participantes que formassem uma

impressão sobre a personalidade do indivíduo-alvo descrita por um conjunto de palavras fornecidas por um grupo de pessoas que conhecia bem o indivíduo em questão. Os participantes eram alertados para o facto de essas palavras poderem ser adjectivos ou nomes atemáticos porque estas seriam as palavras com as quais “as pessoas que conhecem o alvo o associavam”. Um exemplo sobre a forma como as listas eram formadas foi fornecido aos participantes. Especificamente, os participantes liam sobre um homem que “trabalha num escritório e que frequentemente se esquece da sua caneta, pedindo insistentemente aos colegas que lhe emprestem uma caneta”. Quando solicitados para fornecerem palavras que lhes viessem à mente quando pensavam nele, os seus colegas e amigos próximos facultavam palavras como *escritório*, *caneta*, *persistente* e *esquecido*. Depois de terem lido estas instruções, era dito aos participantes o nome do sujeito alvo e era apresentada de forma auditiva uma lista com os 16 traços. Após a apresentação das listas, era pedido aos sujeitos para reverem mentalmente as impressões durante 90 segundos. Na condição de memória, era apresentada aos sujeitos a lista com as 16 palavras e era pedido que estes a memorizassem. Depois da apresentação da lista, os sujeitos ensaiavam os traços da lista durante 90 segundos como forma de preparação para o subsequente teste de memória. Após esta fase de aprendizagem, as instruções eram iguais para as condições de impressão e de memória. Os participantes realizavam uma tarefa de distração (jogo de “TETRIS”) durante 10 minutos, seguida de uma tarefa *standard* de reconhecimento e, depois, uma tarefa *gist* de reconhecimento. As instruções para o teste *standard* de reconhecimento foram as seguintes:

“De seguida ser-lhe-á apresentado um conjunto de palavras. Algumas destas palavras estavam incluídas na gravação de áudio que ouviu anteriormente, no entanto outras são novas. Por favor, leia cada palavra que aparece no ecrã e indique se a mesma estava presente na gravação áudio ou não. Se reconhecer a palavra pressione a tecla verde (de forma a indicar que a palavra estava presente na gravação áudio que ouviu), no entanto, se acreditar que a palavra é nova, pressione a tecla vermelha (de forma a indicar que a palavra não estava presente na gravação áudio que ouviu). Por favor, pressione a tecla verde apenas se tiver razoavelmente certo de que a palavra estava presente na gravação áudio.”

Quanto ao teste *gist* de reconhecimento, as instruções eram as seguintes:

“De seguida ser-lhe-á apresentado um conjunto de palavras. Algumas destas palavras estavam incluídas na gravação de áudio que ouviu anteriormente, no entanto outras são novas. Quando reconhecer uma palavra como tendo estado presente na lista auditiva, ou como sendo uma palavra que poderia estar relacionada com o tema ou conceito da lista que ouviu previamente (mesmo que a palavra propriamente dita não tenha estado presente na lista), pressione a tecla verde. Se considerar a palavra como nova, não tendo estado presente na lista áudio nem tendo estado relacionada com o tema ou conceito da lista, por favor pressione a tecla vermelha.”

No fim da experiência, os sujeitos eram informados sobre o seu propósito e agradecia-se a sua participação.

Resultados e Discussão

Teste de Reconhecimento *Standard*

De uma forma global, os níveis de falsas memórias de itens positivos foi significativamente ($p=.03$) superior aos níveis de falsas memórias de itens negativos (Pos.=.38; Neg.=.31). Esta diferença é consequência da maior importância que os sujeitos parecem atribuir aos itens negativos, monitorizando-os de forma mais intensiva e, conseqüentemente, diminuindo o nível de falsas memórias. Estes resultados estão de acordo com aquilo que tinha sido hipotetizado previamente que, tendo em conta alguns estudos prévios (e.g., Anderson, 1965), previa que os participantes direccionavam uma maior quantidade de recursos atencionais para os itens negativos do que para os itens positivos.

No que toca às duas metades das listas, foram observados resultados que confirmam diferenças no nível de falsas memórias entre a primeira e a segunda metade de cada lista. Como se pode observar na Tabela I, as falsas memórias são especialmente elevadas quando coincidentes com a valência da primeira metade da lista na condição em que os participantes foram expostos à lista “social-positiva” e “intelectual-positiva”. Na lista “social-negativa” e “intelectual-negativa”, o nível de falsas memórias foi semelhante entre em relação à primeira e à segunda metade da lista.

	Listas			
	Social-Positiva	Social-negativa	Intelectual-positiva	Intelectual-negativa
Respostas correctas				
Itens de traços (Positivo-Negativo)	.70 (.75-.66)	.76 (.77-.75)	.59 (.71-.48)	.77 (.75-.79)
Itens atemáticos	.69	.75	.78	.69
Memórias Falsas				
Social-positivo	.44	.27	.05	.09
Social-negativo	.25	.25	.12	.13
Intelectual-positivo	.16	.18	.43	.37
Intelectual-negativo	.04	.12	.15	.41
Associados atemáticos	.18	.12	.17	.31

Tabela I. Falsas memórias na condição de Formação de Impressões

Estes resultados podem ser explicados por dois efeitos principais. Primeiramente, alguns autores (e.g., Anderson, 1965) demonstraram que os participantes atribuem um maior peso aos traços de valência negativa do que aos traços de valência positiva.

Assim, como já foi explicado anteriormente, os participantes monitorizam de forma mais intensiva os itens negativos que os itens positivos, diminuindo assim os níveis de falsas memórias do teste de reconhecimento. A acrescentar a isto, a valência de dois terços dos itens é alterada para o oposto da primeira para a segunda metade da lista. Isto poderá fazer com que os participantes tenham de utilizar mais recursos cognitivos para conseguirem integrar os itens presentes na segunda metade da lista na impressão que começou a ser formada com a primeira metade da lista (i.e., de valência oposta) (Hastie, 1980). Em suma, quando a primeira metade das listas tem valência positiva (i.e., listas “social-positiva” e “intelectual-positiva”), os sujeitos vão focar bastante mais atenção na segunda metade das listas tanto por ser constituída maioritariamente por itens de valência negativa, como por ser de valência oposta à primeira metade da lista e, consequentemente, não ser tão facilmente integrada na impressão. Neste caso, a diferença entre os níveis de falsas memórias na primeira e na segunda metade da lista é bastante acentuada. No que diz respeito às listas de valência negativa (i.e., listas “social-negativa” e “social-positiva”), os dois efeitos vão anular-se. Isto porque a primeira metade da lista é maioritariamente negativa e, como vimos anteriormente, os participantes vão dar mais peso aos itens negativos. No entanto, a segunda metade da lista, sendo positiva, é de valência oposta à primeira metade e, por isso mesmo, vai exigir uma maior monitorização por parte dos participantes para que estes a possam integrar na impressão que começou a ser formada a partir da primeira metade. Isto vai provocar um “anulamento” dos dois efeitos, que pode ser observado na ausência quase total de diferença nos níveis de falsas memórias entre a primeira e segunda metade das listas.

A tabela II apresenta os níveis de falsos reconhecimentos na condição de memória. Como pode ser observado, o padrão de resultados obtidos na condição de formação de impressões é anulado, não sendo observada uma diferença significativa nos níveis de falsas memórias entre a primeira e a segunda metade das listas. É importante assinalar, no entanto, que, à excepção da lista “social-positiva”, as restantes três listas apresentaram níveis de falsas memórias superiores em itens de valência positiva. Mais uma vez é confirmando o efeito explorado por alguns autores (e.g., Anderson, 1965), no qual os participantes parecem atribuir maior peso aos itens negativos, aumentando a sua monitorização e, por sua vez, diminuindo os níveis de falsas memórias.

Estes resultados parecem sugerir que os sujeitos não dirigem maior atenção aos itens que são incongruentes com a primeira metade da lista. Desta forma, quando a

segunda metade da lista surge com uma valência contrária à da primeira, os sujeitos parecem manter os mesmos níveis atencionais revelando, no teste de reconhecimento, níveis semelhantes de falsas memórias em relação aos itens da primeira e da segunda metade das listas.

	Listas			
	Social-Positiva	Social-negativa	Intelectual-positiva	Intelectual-negativa
Respostas correctas				
Itens de traços (Positivo-Negativo)	.80 (.85-.75)	.82 (.82-.80)	.68 (.73-.63)	.64 (.68-.60)
Itens atemáticos	.87	.80	.67	.69
Memórias Falsas				
Social-positivo	.26	.37	.17	.17
Social-negativo	.34	.33	.10	.16
Intelectual-positivo	.22	.21	.48	.44
Intelectual-negativo	.30	.24	.37	.39
Associados atemáticos	.18	.09	.33	.27

Tabela II. Falsas memórias na condição de Memória

Fica, portanto, claro que o efeito de primazia é anulando, quando as instruções iniciais fornecidos aos participantes deixam de solicitar formação de uma impressão e passam a solicitar apenas a memorização dos itens.

Foi realizada uma “ANOVA 3-way” no sentido de compreender de que forma o objectivo de processamento, a valência da primeira metade da lista e a valência das falsas memórias poderiam estar relacionados.

	Impressões		Memória	
	FA+	FA-	FA+	FA-
1ª Metade Pos.	.43	.20	.37	.41
2ª Metade Neg.	.32	.33	.35	.36

Tabela III. ANOVA Obj. de processamento X Valência 1ª metade da Lista X Valência das FMs

Esta análise demonstra que existe uma interacção significativa ($p=.033$) entre a primeira e a segunda metade da lista que, por sua vez, é qualificada pelo objectivo de processamento. Mais especificamente, se a primeira metade da lista é positiva, as falsas memórias vão atingir níveis maiores com itens de valência positiva, dando-se o inverso se a primeira metade da lista for negativa. Isto é, a valência da primeira metade da lista vai influenciar a valência predominante nas falsas memórias. É ainda importante referir que esta interacção é qualificada pelo objectivo de processamento, ou seja, verifica-se

apenas quando o objectivo de processamento é a formação de impressões, mas não quando o objectivo de processamento é a memorização dos itens. Estes resultados, na condição de formação de impressões, apresentam claramente um efeito de primazia, confirmado pela relação entre a valência da primeira metade da lista e a valência das falsas memórias. As diferenças de resultados entre os objectivos de processamento podem ser explicados por diferenças no processo de codificação dos itens quando os sujeitos são expostos às listas sendo que, quando lhes é pedido para formarem uma impressão, vai ter de haver uma integração dos itens na impressão que está a ser formada, podendo haver um contraste entre a primeira e a segunda metade das listas, provocando assim um aumento de monitorização da segunda metade para que esta possa ser integrada (Hastie, 1980). No que toca à condição de memória, os participantes não percebem a alteração de valência entre a primeira e a segunda metade das listas como contraste porque o seu objectivo (i.e., memorizar as palavras) não implica que as mesmas sejam coerentes para uma integração.

Estes resultados apresentam-se como mais uma forte prova empírica que o processo de formação de impressões está sujeito ao efeito de primazia. Mais ainda, confirmam que este efeito pode ser demonstrado através de um paradigma que se baseia na memória de reconhecimento de palavras, verificando-se o efeito apenas quando as instruções iniciais solicitam aos participantes que utilizem um processo de formação de impressões sendo que, o mesmo efeito desaparece quando os participantes são instruídos a utilizar um processo simples de memorização.

Teste de Reconhecimento *Gist*

Tal como já tinha acontecido no teste de reconhecimento *standard*, o nível médio de falsas memórias em relação a itens negativos foi inferior ao dos itens positivos, embora neste caso a diferença não seja significativa ($p=.09$). Como anteriormente referido, o teste de reconhecimento *gist* foi aplicado no sentido de compreender se as diferenças de falsas memórias entre a primeira e a segunda metade das listas se deviam a um *deficit* de processamento relacional ou a uma maior monitorização. Como pode ser observado na Tabela IV, na condição de formação de impressões, as diferenças entre a primeira e a segunda metade das listas tornaram-se residuais em todas as listas, à excepção da “intelectual-positiva”.

	Listas			
	Social-Positiva	Social-negativa	Intelectual-positiva	Intelectual-negativa
Respostas correctas				
Itens de traços (Positivo-Negativo)	.82 (.86-.78)	.73 (.71-.75)	.70 (.75-.65)	.70 (.70-.70)
Itens atemáticos	.63	.67	.78	.71
Memórias Falsas				
Social-positivo	.64	.38	.38	.28
Social-negativo	.60	.37	.30	.30
Intelectual-positivo	.49	.37	.67	.46
Intelectual-negativo	.17	.28	.30	.54
Associados atemáticos	.41	.25	.55	.41

Tabela IV. Falsas memórias na condição de Formação de Impressões

A explicação para uma diferença tão acentuada na lista “intelectual-positiva” pode residir em pormenores circunstanciais. Isto porque, se tentarmos explicar com o maior peso dado pelos sujeitos aos itens negativos, essa diferença também teria de existir na lista “social-positiva”, o que não acontece.

A Tabela V é composta pelos níveis de falsas memórias na condição de memória, sendo que apresenta resultados semelhantes aos obtidos na tabela IV onde, mais uma vez, apenas a lista “intelectual-positiva” apresenta diferenças significativas entre os níveis de falsas memórias da primeira e da segunda metade das listas. De novo, a lista “intelectual-positiva” apresenta-se como consequência de variáveis circunstanciais, visto que não há qualquer explicação lógica para os níveis de falsas memórias obtidos.

	Listas			
	Social-Positiva	Social-negativa	Intelectual-positiva	Intelectual-negativa
Respostas correctas				
Itens de traços (Positivo-Negativo)	.81 (.84-.77)	.74 (.75-.73)	.81 (.85-.77)	.68 (.73-.62)
Itens atemáticos	.70	.74	.78	.76
Memórias Falsas				
Social-positivo	.45	.51	.50	.36
Social-negativo	.58	.50	.47	.24
Intelectual-positivo	.42	.44	.82	.54
Intelectual-negativo	.44	.40	.53	.51
Associados atemáticos	.47	.29	.65	.40

Tabela V. Falsas memórias na condição de Memória

Desta forma, podemos afirmar que a diferença entre os níveis de falsas memórias na primeira e na segunda metade das listas apenas pode ser observada quando o teste de reconhecimento é *standard*. Foi realizada, tal como no teste de reconhecimento

standard, uma “ANOVA-3way” no sentido de verificar a existência ou não de uma interacção entre o objectivo de processamento, a valência da primeira metade das listas e a valência das falsas memórias. Mais uma vez, como se pode observar na Tabela VI, não se verificou qualquer relação entre as três variáveis.

	Impressões		Memória	
	FA+	FA-	FA+	FA-
1ª Metade Pos.	.65	.45	.64	.56
2ª Metade Neg.	.42	.45	.53	.51

Tabela VI. ANOVA Obj. de processamento X Valência 1ª metade da Lista X Valência das FMs

Assim, e tendo em conta os estudos de Arndt e Reder (2003) sobre a informação relacional em memória e a informação de itens específicos em memória, pode-se assumir que as diferenças nos níveis de falsas memórias entre a primeira e a segunda metade das listas se devem a uma maior monitorização da segunda metade das listas.

De forma geral, e tendo em conta os dados que aqui foram apresentados, o efeito de primazia foi claramente verificado na utilização do paradigma DRM. Foi ainda demonstrado que os sujeitos tendem a direccionar mais recursos atencionais para os itens negativos do que para os itens positivos, revelando um maior nível de falsas memórias para itens positivos. Os resultados demonstram também que a nível de falsas memórias só é diferente na primeira e na segunda metade das listas se os participantes forem submetidos a instruções iniciais que os levavam a executar um processo de formação de impressões verificando-se, assim, que o efeito de primazia não se trata apenas de um efeito de diminuição da atenção. Mais ainda, ao verificar-se uma ausência de efeito no teste de reconhecimento *gist*, pode assumir-se que o efeito de primazia verificado nesta investigação se deveu a uma maior monitorização dos itens apresentados na segunda metade das listas do que dos itens da primeira metade das listas.

Conclusão

Os resultados aqui obtidos, bem como as suas interpretações são mais um apoio empírico que reforça os estudos previamente realizados por Garcia-Marques e colaboradores (2010), no qual os autores exploravam a replicação do efeito de centralidade descrito por Asch (1946), utilizando o paradigma DRM. Na presente investigação, o efeito de primazia foi claramente verificado, utilizando o paradigma DRM.

Em termos teóricos, estes dados sugerem que a teoria implícita da personalidade pode funcionar como uma estrutura semântica especializada que é activada quando o objectivo de formação de uma impressão fica operacional (Garcia-Marques et. al., 2010). Mais especificamente, esta investigação mostra claramente que a memória verbal imediata não é o único processo na base da formação de impressões sendo que, ao invés, será necessário uma activação de um processamento específico que funciona de forma concomitante com a memória verbal imediata. Mais ainda, este estudo vai ao encontro da tese defendida por Mitchell, Macrae e Banaji (2004), na qual os autores afirmam que a cognição social envolve mais do que um mero recurso a processos cognitivos genéricos. Especificamente, poderá envolver a participação de estruturas cerebrais especializadas e processos cognitivos dedicados que são activados sempre que um qualquer objectivo cognitivo (e.g., formação de impressões) é perseguido.

Para além do que foi descrito, esta investigação torna-se bastante pertinente tendo em conta o facto da utilização do paradigma DRM, ou seja, a demonstração da existência de uma estrutura cognitiva específica e especializada para a realização do processo de formação de impressões através de um paradigma que permite uma comparação sistemática com outros tipos de processos cognitivos associativos é um grande passo no sentido de uma melhor caracterização da teoria implícita da personalidade (Garcia-Marques et. al., 2010).

Desta forma, a presente investigação contribuiu de forma bastante produtiva para um conhecimento mais aprofundado sobre o processo de formação de impressões, permitindo um desenvolvimento na psicologia social em geral e no tema das impressões em particular.

Limitações e Follow-up

O presente estudo é, de facto, um passo importante na demonstração das estruturas semânticas específicas da teoria implícita da personalidade sendo que, no entanto, reflecte algumas limitações.

Primeiramente, alguns resultados obtidos carecem de uma explicação teórica fundamentada e, por isso mesmo, necessitam de ser estudados e investigados com maior cuidado, de forma a haver uma melhor compreensão. Especificamente, alguns resultados obtidos no teste de reconhecimento *gist*, nas condições de formação de impressões e memória, apresentam um nível de falsas memórias difícil de explicar. Como pode ser observado nas Tabelas IV e V, as listas “intelectual-positiva” apresentam níveis de falsas memórias da primeira metade da lista significativamente superiores aos da segunda metade da lista. Estes dados são estranhos, principalmente quando comparados com os resultados obtidos nas listas “social-positiva”. O que seria de prever no teste de reconhecimento *gist* era o desaparecimento ou manutenção das diferenças nos níveis de falsas memórias entre a primeira e a segunda metade das listas. É importante referir, no entanto que este desaparecimento ou manutenção devia ser generalizado a todos os quatro tipos de listas. O facto de isso não acontecer na lista “intelectual-positiva” pode demonstrar que as listas nas quais a primeira metade é maioritariamente constituída por traços da dimensão intelectual e de valência positiva, são alvo de um tratamento diferente por parte dos participantes, quando confrontados com um teste *gist*. Estes dados podem ser importantes até porque podem demonstrar alguma diferença em termos do processo de extracção do tema da lista quando os primeiros traços apresentados são da dimensão intelectual e de valência positiva. Mais ainda, torna-se interessante tentar perceber porque é que este efeito é apenas observado no teste de reconhecimento *gist* e não no teste de reconhecimento *standard*.

Para além do que foi referido, seria também interessante explorar o efeito de correlação ilusória baseado na expectativa, aplicando uma tarefa de estimação de frequência. Tal como descrito por Garcia-Marques e Hamilton (1996), uma tarefa de recuperação para a estimação apenas envolve uma busca em amostras de itens associados com o alvo ou atributo em questão, sendo que os itens congruentes com a expectativa estão mais fortemente associados com o nóculo alvo do que os itens incongruentes e, por isso mesmo, são mais facilmente acedidos durante a recuperação, conduzindo a estimacões de frequência mais elevadas. Se se verificasse uma maior

estimação de frequência para os itens de dimensão e valência equivalentes à primeira metade das litas, então os dados seriam mais um apoio empírico para os resultados obtidos na presente investigação.

Outra limitação prende-se com o facto de que os processos inerentes à formação de impressões não se limitam apenas à percepção de traços apresentados numa modalidade auditiva. Uma limitação importante ao nível deste estudo prende-se com a ausência de uma variável que permita compreender de que forma o efeito de primazia pode ser verificado quando os sujeitos são expostos a faces em vez de traços de personalidade. Neste tipo de investigações em que os sujeitos estão expostos a traços de personalidade, mesmo que não tenham qualquer contacto com características físicas do sujeito alvo, têm tendência a desenvolver algumas ideias sobre o aspecto deste (Hamilton et al., 1980). Desta forma, será legítimo assumir que, quando expostos a faces, os sujeitos tenham alguma tendência para inferir traços de personalidade a partir dos traços faciais.

Já Darwin (1872) se questionou sobre a forma como as expressões humanas eram importantes no sentido de descodificar as emoções dos outros. As pessoas avaliam de forma espontânea as faces de outras pessoas inferindo das mesmas diversos traços de personalidade como confiança, competência ou amabilidade (Stewart, Ajina, Getov, Bahrami, Todorov &, Rees, 2012). Alguns estudos neste sentido vieram demonstrar a grande importância que a avaliação facial tem nas inferências que fazemos acerca da personalidade dos outros. Em 1990, Berry realizou um estudo no sentido de comparar as impressões formadas por estudantes sobre os seus colegas a partir de imagens das suas faces, com impressões formadas a partir de contacto uns com os outros. Os resultados foram surpreendentes e demonstraram que as impressões formadas a partir das fotografias foram coincidentes com as impressões formadas a partir do contacto uns com os outros. Ainda nesta linha de estudos, Todorov, Madisodza, Goren e Hall (2005) defendem que, de uma perspectiva psicológica, as inferências rápidas que são retiradas da aparência dos políticos podem influenciar o processamento de informação subsequente sobre os mesmos. Os autores pediram a um conjunto de participantes para julgar a competência de dois candidatos, baseando-se apenas na sua aparência. Para tal, apresentaram a sujeitos pouco sensibilizados para a política um par de candidatos a cargos importantes na política, sendo que as pessoas teriam de escolher qual deles seria mais competente para vencer as eleições. Os resultados estão de acordo com as

previsões tendo em conta que as inferências demonstradas pelos participantes apresentaram uma correlação significativa com os votos recolhidos nas eleições em que os dois candidatos participaram. Mais ainda, apesar de os participantes não terem qualquer limitação temporal no que toca ao tempo de decisão, a média de respostas foi de um segundo. Isto demonstra que as pessoas fazem inferências sobre traços bastantes diferentes a partir da aparência facial e que estas inferências têm efeitos selectivos nas suas decisões. No que toca ao traço de inteligência, vários estudos têm sido realizados no sentido de tentar determinar se a inteligência inferida a partir das faces tem alguma correlação com a inteligência real (i.e., inteligência testada através de testes de QI). Zebrowitz, Hall, Murphy, & Rhodes (2002) realizaram uma investigação no sentido de comprovar se a relação entre a inteligência apercebida e a inteligência real é mesmo significativa ou se não passa de “guessing”. Os autores concluíram que os participantes eram capazes de inferir de forma correcta a inteligência de um indivíduo apenas a partir da visualização de uma fotografia do mesmo. Mais ainda, os autores referem que a atractividade facial contribui para o julgamento das pessoas, sendo que quanto mais atractiva é uma face, maior será a inteligência apercebida em relação à mesma. Isto acontece apenas nas crianças e nos adultos, sendo que as suas inferências são alteradas aquando da manipulação da atractividade. Bar, Neta e Linz (2002) demonstraram ainda que os julgamentos de personalidade baseados em aparências faciais podem ser realizados de forma muito rápida. Os autores expuseram os participantes a faces durante períodos mínimos de 39ms e estes conseguiram inferir informações sobre o sujeito-alvo, mesmo num espaço de tempo de exposição bastante curto.

Tendo em conta os estudos referidos e outros (e.g., Willis & Todorov, 2006; Bar, Neta & Linz, 2006), Oosterhof e Todorov (2008) realizaram um estudo com o objecto de compreender as bases funcionais da avaliação facial. Baseando-se em estudos comportamentais e modelos computacionais sobre a forma como as faces variam em termos de dimensões sociais, os autores construíram um modelo 2D de avaliação facial constituído por duas dimensões, a Confiança e a Dominância. A avaliação da confiança refere-se a uma generalização da percepção de pistas faciais que servem de sinalização se devemos ou não aproximarmo-nos de determinada pessoa. Quanto à avaliação da dominância, trata-se de uma generalização da percepção de pistas faciais que assinalam a força/fraqueza do indivíduo. Este modelo dimensional engloba um conjunto de trabalhos que pode melhorar o estudo da avaliação facial podendo, desta forma, ter em

conta múltiplas inferências de traço que surgem a partir de faces emocionalmente neutras.

Efeito de primazia na avaliação facial

Tendo em conta os estudos realizados sobre a inferência de traços a partir da avaliação facial, seria de esperar que o efeito de primazia, obtidos em vários estudos nos quais os traços são apresentados em palavras (e.g., Asch, 1946), fosse replicável aquando da exposição dos sujeitos a faces com traços diferentes.

O estudo que proponho teria como objectivo a replicação do efeito de primazia a partir da apresentação de faces.

Materiais. Utilizando a estrutura dimensional encontrada por Oosterhof e Todorov (2008), podem ser criados conjuntos de variações da mesma cara, cujos traços faciais variam entre uma confiança positiva (i.e., que transmitissem aos sujeitos uma sensação de segurança no sentido de amabilidade e possibilidade de aproximação) e uma confiança negativa (i.e., que transmitissem ao sujeito uma sensação de pouca receptividade e pouca vontade de interacção). As versões da face alvo, cujos traços variavam em termos da dimensão “confiança”, seriam depois organizadas da seguinte maneira: a primeira metade do conjunto era constituída por várias versões da face na qual os traços pertenciam à zona positiva da dimensão Confiança, ou seja, as várias versões da face eram diferentes, no entanto tinham uma característica em comum, que era o facto de serem positivas no que toca à valência da dimensão Confiança; a segunda metade da lista era constituída por várias versões diferentes da face, cuja única característica em comum era o facto de apresentarem traços faciais que tinham uma valência negativa no que respeita eixo da dimensão Confiança. Eram ainda formadas listas com a ordem inversa a esta (i.e., Confiança negativa na primeira metade e Confiança positiva na segunda). O mesmo processo seria repetido no sentido de criar um conjunto de variações da face em relação à dimensão de Dominância. Seria ainda utilizada uma variação da face utilizada nos conjuntos anteriores que, no entanto, tinha uma diferença específica em relação ao seu posicionamento na estrutura dimensional porque se encontrava numa posição neutra e, portanto, os sujeitos teoricamente não conseguiriam inferir qualquer traço a partir dessa face. Assim, poderíamos obter, tal como no estudo de Garcia-Marques e colaboradores (2010), quatro conjuntos de versões

da face alvo diferentes: “confiança-positiva”; “confiança-negativa”; “dominância-positiva”; e, por último, “dominância-negativa”

Design. A experiência teria um plano factorial 2 dimensão da face (Confiança vs Dominância) X 2 valência da primeira metade do conjunto (negativa vs positiva). Todas as condições eram inter-participantes.

Procedimento. Um dos conjuntos de versões da face alvo era apresentado aos sujeitos, dependendo da condição em que se encontravam, de forma sequencial e era pedido aos mesmos que formassem uma impressão sobre o indivíduo que lhes estava a ser apresentado.

Após a apresentação do conjunto, era apresentada ao sujeito uma tarefa distratora (e.g., TETRIS; SUDOKU) com o objectivo de eliminar um efeito de recência devido à proximidade das tarefas.

Depois da tarefa distratora era apresentado aos sujeitos uma versão da face que fosse neutra em termos das dimensões em questão, ou seja, a face apresentada nesta fase da experiência teria uma valência neutra tanto no que toca à dimensão de Confiança como à dimensão de Dominância. Depois da visualização desta última versão da face, era pedido aos sujeitos que avaliassem a mesma. Para tal, aos sujeitos que tinham sido expostos a variações da face da dimensão Confiança, era pedido que avaliassem quão fiável e disposto a interagir era o indivíduo da face alvo sendo que, para tal avaliação, era apresentada aos sujeitos a escala com valores de -7 a 7, sendo -7 “Muito pouco fiável e disposto a comunicação” e 7 “Muito fiável e disposto a comunicação”. O mesmo aconteceria para os participantes que se encontrassem na condição da dimensão Dominância com a excepção de que, após a apresentação da face de valência neutra, era pedido aos participantes para avaliarem na mesma escala (i.e., -7 a 7) qual o nível de dominância que o sujeito apresentava, sendo -7 “Nada dominante” e 7 “Muito dominante”.

Resultados esperados. Nesta investigação esperar-se-ia que os sujeitos apresentassem o efeito de primazia descrito por Asch (1946) aquando da avaliação da versão neutra da face alvo. Mais especificamente, a avaliação que os sujeitos realizavam no último momento da investigação deveria ser coincidente com a valência da primeira metade do conjunto de versões que lhes tinha sido previamente apresentada. Desta forma, os sujeitos aos quais tinha sido apresentado um conjunto “confiança-positiva” deveriam fazer uma avaliação tendencialmente positiva (i.e., entre 0 e 7 na escala apresentada) no que toca à confiança que aquela face lhes transmitia, enquanto os

sujeitos aos quais era apresentado o conjunto “confiança-negativa” deveriam efectuar uma avaliação tendencialmente negativa (i.e., entre -7 e 0 na escala apresentada) no que toca à confiança que a face lhes transmitia. O mesmo padrão de resultados deveria ser obtido com os sujeitos que eram expostos aos conjuntos “dominância-positiva” e “dominância-negativa”, sendo que a única diferença se prendia com a dimensão que estariam a avaliar no fim da experiência.

No caso de se confirmarem os resultados previstos, esta investigação permitia dar um passo em frente no que se refere à compreensão da formação de impressões e dos processos que estão na sua base. Após a demonstração de que há estruturas semânticas específicas da teoria implícita de personalidade que são activadas quando o objectivo de processamento é a formação de impressões, este estudo permitira compreender que o efeito de primazia não surge apenas quando os sujeitos são expostos a palavras, mas também quando são expostos a traços faciais. Mais especificamente poder-se-ia assumir que a formação de impressões assume vias semelhantes, mesmo quando o processo não exige um processamento semântico, mas sim um processamento de traços faciais. No entanto, se estes resultados não se confirmassem, abrir-se-ia uma nova porta na área da investigação da formação de impressões porque, tendo em conta que o efeito de primazia não era observado nesta investigação, então seria possível assumir que o processo de formação de impressões era diferente quando os sujeitos apenas eram expostos a faces e, portanto, seria muito interessante para a cognição social uma melhor compreensão desse processo.

Independentemente da confirmação ou não dos resultados, os dados desta investigação poderiam tornar o conhecimento sobre a formação de impressões mais completo, no sentido em que ajudaria a compreender melhor como esta funciona no dia-a-dia das pessoas. Isto porque a formação de impressões não acontece de forma tão simplista como a apresentação auditiva de traços de personalidade, mas sim com um conjunto de informações muito mais complexo que o sujeito percepção na situação em que se encontra. Os traços faciais fazem parte do conjunto de informações que permitem ao sujeito inferir traços de personalidade e, por isso mesmo, a forma como este os percepção e interpreta deve ser alvo de maior investigação.

Bibliografia

- Anderson, N. H. (1965). Primacy effects in personality impression using a generalized order effect paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 2, 1-9.
- Anderson, N. H. (1968). Application of a linear-serial model to a personality-impression task using serial presentation. *Journal of Personality And Social Psychology*, 10(4), 354-362.
- Anderson, N. R. (1991). Decision Making in the Graduate Selection Interview: An Experimental Investigation. *Human Relations*, 44(4), 403-418.
- Anderson, N. H., & Barrios, A. A. (1961). Primacy effects in personality impression formation. *The Journal Of Abnormal And Social Psychology*, 63(2), 346-350.
- Anderson, J. R., & Bower, G. H. (1973). A propositional theory of recognition memory. *Memory & Cognition*, 2 (3), 406-412.
- Anderson, N. H., & Hubert, S. (1963). Effects of concomitant verbal recall on order effects in personality impression formation. *Journal of Verbal Learning & Verbal Behavior*, 2(5-6), 379-391.
- Anderson, N. H., & Norman, A. (1964). Order effects in impression formation in four classes of stimuli. *The Journal of Abnormal And Social Psychology*, 69(5), 467-471.
- Arndt, J., & Gould, C. (2006). An examination of two-process theories of false recognition. *Memory*, 14 (7), 814-833.
- Arndt, J., & Reder, L. M. (2002). Word frequency and receiver operating characteristic curves in recognition memory: Evidence for a dual-process interpretation. *Journal Of Experimental Psychology: Learning, Memory, And Cognition*, 28(5), 830-842.
- Arndt, J., & Reder, L. M. (2003). The effect of distinctive visual information on false recognition. *Journal of Memory & Language*, 48, 1-15.

- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 41*, 258-290.
- Asch, S. E., & Zukier, H. (1984). Thinking about persons. *Journal Of Personality And Social Psychology, 46*(6), 1230-1240.
- Bar, M., Neta, M., & Linz, H. (2006). Very first impressions. *Emotion, 6*(2), 269-278.
- Bargh, J. A., & Thein, R. D. (1985). Individual construct accessibility, person memory, and the recall-judgment link: The case of information overload. *Journal Of Personality And Social Psychology, 49*(5), 1129-1146.
- Bear, G., & Hodun, A. (1975). Implicational principles and the cognition of confirmatory, contradictory, incomplete, and irrelevant information. *Journal Of Personality And Social Psychology, 32*(4), 594-604
- Berry, D. S. (1990). Taking people at face value: Evidence for the kernel of truth hypothesis. *Social Cognition, 8*, 343-361.
- Brainerd, C. J., & Reyna, V. F. (1998). Fuzzy-trace theory and children's false memories. *Journal of Experimental Child Psychology, 71*, 81-129.
- Brown, R. (1986). *Social psychology*. New York: Free Press.
- Bruner, J. S., & Tagiuri, R. (1954). The Perception of People. In G. Lindzey (Ed.), *Handbook of Social Psychology* (pp. 634-654). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Cantor, N., & Mischel, W. (1977). Traits as prototypes: Effects on recognition memory. *Journal Of Personality And Social Psychology, 35*(1), 38-48.
- Carlston, D. E. (1980). The recall and use of traits and events in social inference processes. *Journal Of Experimental Social Psychology, 16*(4), 303-328.
- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1986). Trait memory and behavior memory: The effects of alternative pathways on impression judgment response times. *Journal Of Personality And Social Psychology, 50*(1), 5-13.

- Carneiro, P., Fernandez, A., & Dias, A. R. (2009). The influence of theme identifiability on false memories: Evidence for age-dependent opposite effects. *Memory and Cognition*, 37(2), 115-129.
- Cleary, A. M., & Greene, R. L. (2002). Paradoxical effects of presentation modality on false memory. *Memory*, 10, 55-61.
- Collins, A. M., & Loftus, E. F. (1975). A spreading-activation theory of semantic processing. *Psychological Review*, 82(6), 407-428.
- Coombs, C. H. (1950). Psychological scaling without a unit of measurement. *Psychological Review*, 57(3), 145-158.
- Darwin, C. (1872). *The expression of the emotions in man and animals*. London England: John Murray.
- Deese, J. (1959). On the prediction of occurrence of particular verbal intrusions in immediate recall. *Journal Of Experimental Psychology*, 58(1), 17-22.
- Dellarosa, D., & Bourne, L. E. (1985). Surface form and the spacing effect. *Memory & Cognition*, 13(6), 529-537.
- Gallo, D. A. (2010). False memories and fantastic beliefs: 15 years of the DRM illusion. *Memory & Cognition*, 38(7), 833-848.
- Gallo, D. A., Roberts, M. J., & Seamon, J. G. (1997). Remembering words not presented in lists: Can we avoid creating false memories?. *Psychonomic Bulletin & Review*, 4(2), 271-276.
- Garcia-Marques, L. & Garcia-Marques, T. (2004). Quem vê caras, infere corações: Impressões de personalidade e memória de pessoas. In, T. Garcia-Marques & L. Garcia-Marques (Eds.), *Processando informação sobre os outros I: Impressões de personalidade e representação cognitiva de pessoas* (pp. 11-47). Lisboa: ISPA.
- Garcia-Marques, L. (2011). *Falsas Memórias & Formação de Impressões: Comunicação oral do dia 14 de Dezembro 2011*.

- Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B., Nunes, L. D., Garrido, M. V., & Garcia-Marques, T. (2010). False memories and impressions of personality. *Social Cognition*, 28(4), 556-568.
- Garcia-Marques, L., & Hamilton, D. L. (1996). Resolving the apparent discrepancy between the incongruity effect and the expectancy-based illusory correlation effect: The TRAP model. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 71(5), 845-860.
- Greenwald, A. G., & Sakumura, J. S. (1967). attitude and selective learning: where are the phenomena of yesteryear?. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 7(4), 387-397.
- Gunther, R. W., Ivanko, S. L., & Bodner, G. E. (2005). Can test list context manipulations improve recognition accuracy in the DRM paradigm! *Memory*, 13, 862-873.
- Hamilton, D. L. (1986). Person Perception. In L. Berkowitz (Ed.), *A Survey of Social Psychology* (pp. 135-162). New York: Holt, Rinehart, & Winston.
- Hamilton, D. L., & Gifford, R. K. (1976). Illusory correlation in interpersonal perception: A cognitive basis of stereotypic judgments. *Journal Of Experimental Social Psychology*, 12(4), 392-407.
- Hamilton, D. L., Katz, L. B., & Leirer, V. O. (1980). Cognitive representation of personality impressions: Organizational processes in first impression formation. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 39(6), 1050-1063.
- Hastie, R. (1980). *Person memory. The cognitive basis of social perception*. New Jersey; Lawrence Erlbaum.
- Hastie, R., & Kumar, P. A. (1979). Person memory: Personality traits as organizing principles in memory for behaviors. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 37(1), 25-38.

- Hastie, R., & Park, B. (1986). The relationship between memory and judgment depends on whether the judgment task is memory-based or on-line. *Psychological Review*, *93*(3), 258-268.
- Hendrick, C., Costantini, A. F., McGarry, J., & McBride, K. (1973). Attention, decrement, temporal variation, and the primacy effect in impression formation. *Memory & Cognition*, *1*(2), 193-195.
- Hoffman, C., Mischel, W., & Mazze, K. (1981). The role of purpose in the organization of information about behavior: Trait-based versus goal-based categories in person cognition. *Journal Of Personality And Social Psychology*, *40*(2), 211-225.
- Israel, L., & Schacter, D. L. (1997). Pictorial encoding reduces false recognition of semantic associates. *Psychonomic Bulletin & Review*, *4*(4), 577-581.
- Johnson, M. K., Hastroudi, S., & Lindsay D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, *114*, 3-28.
- Johnson, M. K., Kim, J. K., & Risse, G. (1985). Do alcoholic Korsakoff's syndrome patients acquire affective reactions?. *Journal Of Experimental Psychology: Learning, Memory, And Cognition*, *11*(1), 22-36.
- Kruskal, J. B. (1964). Multidimensional scaling by optimizing goodness of fit to a nonmetric hypothesis. *Psychometrika*, *29*(1), 1-27.
- Lichtenstein, M., & Srull, T. K. (1987). Processing objectives as a determinant of the relationship between recall and judgment. *Journal Of Experimental Social Psychology*, *23*(2), 93-118.
- Lingle, J. H. (1983). Tracing memory-structure activation during person judgments. *Journal Of Experimental Social Psychology*, *19*(5), 480-496.
- Lingle, J. H., Dukerich, J. M., & Ostrom, T. M. (1983). Accessing information in memory-based impression judgments: Incongruity versus negativity in retrieval selectivity. *Journal Of Personality And Social Psychology*, *44*(2), 262-272.

- Lingle, J. H., & Ostrom, T. M. (1979). Retrieval selectivity in memory-based impression judgments. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 37(2), 180-194.
- Luchins, A. S. (1957). A variational approach to empathy. *The Journal Of Social Psychology*, 45, 11-18.
- McDermott, K. B. (1996). The persistence of false memories in list recall. *Journal of Memory and Language*, 35, 212-230.
- Mitchell, J. P., Macrae, C., & Banaji, M. R. (2004). Encoding-Specific Effects of Social Cognition on the Neural Correlates of Subsequent Memory. *The Journal Of Neuroscience*, 24(21), 4912-4917.
- Newcomb, T. T. (1931). An experiment designed to test the validity of a rating technique. *Journal Of Educational Psychology*, 22(4), 279-289.
- Nunes, L., Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B., & Ramos, T. (*in press*). Inferential costs of the centrality effect: From organization in memory to impression formation.
- Oosterhof, N. N., & Todorov, A. (2008). The functional basis of face evaluation. *Proceedings Of The National Academy Of Sciences Of The United States Of America*, 105(32), 11087-11092.
- Reyes, R. M., Thompson, W. C., & Bower, G. H. (1980). Judgmental biases resulting from differing availabilities of arguments. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 39(1), 2-12.
- Rhodes, M. G., & Anastasi, J. S. (2000). The effects of a levels-of-processing manipulation on false recall. *Psychonomic Bulletin & Review*, 7(1), 158-162.
- Roediger, H. L., III, Balota, D. H., & Watson, J. M. (2001). Spreading activation and the arousal of false memories. In H. L. Roediger, J. S. Nairne, I. Neath & A. M. Suprenant (Eds.), *The nature of remembering: Essays in honor of Roberts G. Crowder* (pp. 95-115). Washington, D. C.: American Psychological Association.

- Roediger, H. L., III & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal Of Experimental Psychology: Learning, Memory, And Cognition*, 21(4), 803-814.
- Roediger, H. L., III, McDermott, K. B., & Robinson, J. M. (1998). The role of associative processes in creating false memories. In M. A. Conway, S. E. Gathercole, & C. Cornoldi (Eds.), *Theories of memory* (pp. 187-246). Hove, UK: Psychology Press.
- Rosenberg, S., Nelson, C., & Vivekananthan, P. S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal Of Personality And Social Psychology*, 9(4), 283-294.
- Schacter, D. L., Israel, L., & Racine, C. (1999). Suppressing false recognition in younger and older adults: The distinctiveness heuristic. *Journal Of Memory And Language*, 40(1), 1-24.
- Seamon, J. G., Goodkind, M. S., Dumey, A. D., Dick, E., Aufseeser, M. S., Strickland, S. E., & ... Fung, N. S. (2003). 'If I didn't write it, why would I remember it?' Effects of encoding, attention, and practice on accurate and false memory. *Memory & Cognition*, 31(3), 445-457.
- Sears, R. R. (1936). Experimental studies of projection: I. Attribution of traits. *The Journal Of Social Psychology*, 7, 151-163.
- Shepard, R. N. (1962). The analysis of proximities: Multidimensional scaling with an unknown distance function. Part I. *Psychometrika*, 27(2), 125-140.
- Smith, K. H. (1973) Effect of exceptions on verbal reconstructive memory. *Journal of Experimental Psychology*, 97, 119-139.
- Strull, T. K. (1981). Person Memory: Some Tests of Associative Storage and Retrieval Models. *Journal Of Experimental Psychology: Human Learning And Memory*, 7(6), 440-63.

- Stewart, R. H. (1965). Effect of continuous responding on the order effect in personality impression formation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1(2), 161-165.
- Stewart, L. H., Ajina, S., Getov, S., Bahrami, B., Todorov, A., & Rees, G. (2012). Unconscious Evaluation of Faces on Social Dimensions. *Journal Of Experimental Psychology*, online publication.
- Thapar, A., & McDermott, K. B. (2001). False recall and false recognition induced by presentation of associated words: Effects of retention interval and level of processing. *Memory & Cognition*, 29(3), 424-432.
- Thorndike, E. L. (1920). A constant error in psychological ratings. *Journal of Applied Psychology*, 4(1), 25-29.
- Todorov, A., Mandisodza, A. N., Goren, A., & Hall, C. C. (2005). Inferences of Competence from Faces Predict Election Outcomes. *Science*, 308(5728), 1623-1626.
- Torgerson, W. S. (1958). *Theory and methods of scaling*. Oxford England: Wiley.
- Underwood, B. J. (1965). False recognition produced by implicit verbal responses. *Journal of Experimental Psychology*, 70, 122-129.
- Willis, J., & Todorov, A. (2006). First Impressions: Making Up Your Mind After a 100-Ms Exposure to a Face. *Psychological Science*, 17(7), 592-598.
- Zebrowitz, L. A., Fellous, J., Mignault, A., & Andreoletti, C. (2003). Trait Impressions as Overgeneralized Responses to Adaptively Significant Facial Qualities: Evidence from Connectionist Modeling. *Personality & Social Psychology Review*, 7(3), 194-215.

Anexo A

Listas apresentadas aos sujeitos na fase de estudo:

	INT neg-pos	INT pos-neg	SOC pos-neg	SOC neg-pos
1	irresponsável	culto	compreensivo	arrogante
2	incapaz	esperto	sensível	intolerante
3	lutador	conservador	egocêntrico	extrovertido
4	Conta	Conta	Conta	Conta
5	limitado	dinâmico	amável	desonesto
6	racional	conflituoso	manipulador	prestavel
7	Rosa	Rosa	Rosa	Rosa
8	desatento	eficaz	simpático	intriguista
9	perspicaz	indeciso	agressivo	alegre
10	desorganizado	rápido	fiavel	egoísta
11	Telefone	Telefone	Telefone	Telefone
12	dependente	criativo	sociavel	frio
13	criativo	dependente	frio	sociavel
14	rápido	desorganizado	egoísta	fiavel
15	indeciso	perspicaz	alegre	agressivo
16	Relógio	Relógio	Relógio	Relógio
17	eficaz	desatento	intriguista	simpático
18	conflituoso	racional	prestavel	manipulador
19	dinâmico	limitado	desonesto	amável
20	Armário	Armário	Armário	Armário
21	conservador	lutador	extrovertido	egocêntrico
22	esperto	incapaz	intolerante	sensível
23	culto	irresponsável	arrogante	compreensivo